

# Avante!

Esclarecer até ao último minuto da campanha

## Vale a pena votar CDU

Em plena  
recta final,  
o secretário-  
-geral do PCP  
e milhares  
de comunistas –  
trabalhadores,  
mulheres  
e jovens –  
desdobram-se



em iniciativas de  
esclarecimento.  
Carvalhas  
participa,  
hoje, no comício  
de Lisboa  
e, amanhã,  
no de Almada.

Págs. 5 e seguintes

Há razões concretas para uma opção política coerente

## O trabalho vota na CDU

Num encontro com Carlos Carvalhas, centenas de dirigentes sindicais e membros de CTs salientaram que o PCP e a CDU estão permanentemente ao lado dos trabalhadores. Ali e noutras iniciativas foi sublinhado que votar nos candidatos da Coligação é a opção justa e certa, para que os interesses de quem trabalha tenham uma representação mais forte no Parlamento, que permita resistir melhor à ofensiva do grande capital e da direita.

Centrais

### O Avante! sai na sexta

O próximo número do nosso jornal sairá, excepcionalmente, na sexta-feira, dia 22, a fim de se poder publicar os resultados eleitorais e a sua análise mais aprofundada. Apela-se às organizações e aos camaradas do Partido para prepararem uma boa distribuição deste número, apesar do atraso com que chegará aos Centros de Trabalho do PCP.

### Cimeira de Barcelona

#### Liberalização na agenda

Os 15 vão pronunciar-se em Barcelona sobre as propostas da Comissão, que colocou como principal objectivo da Cimeira a liberalização dos mercados energético, laboral e financeiro.

Pág. 19

### 8 de Março

#### Hora de igualdade

Neste 8 de Março, assinalado por todo o País, foi hora de lembrar que as discriminações continuam a ser uma realidade e persistem problemas graves.

Pág. 14

### Internacional

#### Bush bush

Bush assinalou os seis meses sobre os atentados de 11 de Setembro como um imperador falando ao império. A América exige ao mundo vassalagem e cooperação.

Pág. 21

**HOJE - 21 h**  
Pavilhão Carlos Lopes

# Comício CDU

Intervenções de  
**Bernardino Soares**  
**Corregedor da Fonseca**  
**Isabel Castro**  
**Carlos Carvalhas**

Espectáculo com  
**Navegante**

PCP-PEV

**Avante!**  
Proletários de todos os países  
UNE-VOS!

PROPRIEDADE  
Partido Comunista Português  
R. Soeiro Pereira Gomes, 3  
1600 - 196 Lisboa  
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO  
Editorial «Avante!», SA  
Av. Gago Coutinho  
121/1700 Lisboa  
Capital social:  
€ 125 000.  
CRC matrícula: 47058.  
NIF - 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO  
R. Soeiro Pereira Gomes, 3  
1600 - 196 Lisboa  
Tel. 21 781 71 90/91  
Fax: 21 781 71 93

E-mail:  
avante.pcp@mail.telepac.pt  
Web:  
http://www.pcp.pt

Director  
José Casanova

Chefe de Redacção  
Leandro Martins

Chefe Adjunto  
Anabela Fino

Redactores  
Carlos Nabais  
Domingos Mealha  
Gustavo Carneiro  
Henrique Custódio  
Isabel Araújo Branco  
João Chasqueira  
Lúcia Calapez  
Margarida Folque

Crafixmo  
José Araújo

Fotografia  
Jorge Caria

Secretaria da Redacção  
Ivone Dias Lourenço  
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO  
DISTRIBUIÇÃO ADE'S  
Editorial Avante!  
Av. Gago Coutinho, 121,  
1700 Lisboa  
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa  
Até às 17 horas  
de cada sexta-feira:  
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
Deltapress  
Delegação Lisboa:  
Tapada Nova - Capa Rota  
Linhó - 2710 Sintra  
Tel. 21 923 99 21  
Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia  
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS  
Av. Gago Coutinho, 121,  
1700 Lisboa  
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS\*  
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL  
(Continente e Regiões  
Autónomas)  
50 números: 9 000\$00  
44,90 euros

25 números: 4 600\$00  
23,00 euros

EUROPA  
50 números: 23 000\$00  
114,75 euros

EXTRA-EUROPA  
50 números: 33 000\$00  
164,60 euros

\*Enviar para  
Editorial «Avante!»  
nome, morada  
com código Postal  
e telefone  
a acompanhar cheque  
ou vale de correio.

Composição e impressão  
Heska Portuguesa, SA  
Campo Raso  
2710 - 139 Sintra  
Depósito legal n.º 205/85



Dia Internacional da Mulher

## Resumo

### 6 Quarta-feira

Os desempregados da Siderurgia Nacional, em Paio Pires, Seixal, manifestam-se frente à residência oficial do primeiro-ministro para exigir a sua reintegração em novas empresas • Cerca de 5500 postais com queixas e críticas dos estudantes da Universidade de Coimbra à instituição são entregues ao Reitor, no âmbito de uma campanha de contestação da Associação Académica • Mais de cem combatentes, presumivelmente pertencentes à rede terrorista al-Qaeda, são mortos durante ataques norte-americanos, no decorrer da operação «Anaconda», no Afeganistão • Três palestinianos são assassinados durante operações do exército israelita na Faixa de Gaza • A República da Irlanda vota a proposta do governo de Bertie Ahern de dizer «sim» ou «não» a um reforço da legislação antiaborto.

### 7 Quinta-feira

Encontro Nacional de Comissões de Trabalhadores: os participantes defendem a necessidade de o próximo governo romper com o modelo político desenvolvido pelo PS e pelo PSD nos últimos anos, que tem levado à destruição do aparelho produtivo • Greve dos trabalhadores da Carris: em causa estão os aumentos salariais e do subsídio de refeição e a redução do horário de trabalho • O Sindicato Independente dos Médicos convoca uma greve às horas extraordinárias no Centro de Saúde de Lagos e no Hospital de Faro • Helicópteros israelitas disparam mísseis contra a sede dos Serviços de Inteligência da Palestina • Os ministros do Emprego e Assuntos Sociais da UE discutem a orientação futura para a estratégia de renovação económica e social lançada na Cimeira de Lisboa em Março de 2000.

### 8 Sexta-feira

O Presidente da República condecora 16 mulheres portuguesas que se distinguiram em diversas áreas, por ocasião do Dia Internacional da Mulher • Os trabalhadores precários do Instituto Português de Oncologia entram em greve; os funcionários querem que o Governo resolva de vez a sua situação profissional, cuja precariedade se arrasta desde 2000 e que, de acordo com fonte sindical, já provocou muitos despedimentos • Os eleitores irlandeses rejeitam, em referendo, a proposta do governo para endurecer a lei do aborto • Um funcionário da ONU é assassinado pelo exército israelita na região de Tulkarem.

### 9 Sábado

As associações de pescadores dos Açores anunciam uma jorna-

da de luta com o objectivo de denunciar a «inoperacionalidade» da Marinha de Guerra portuguesa na fiscalização da pesca ilegal • O primeiro-ministro da Irlanda do Norte, David Trimble, propõe um referendo para decidir a reunificação do país • Um caça-bombardeiro israelita F-16 dispara um míssil contra um edifício pertencente à Presidência palestiniana, em Nablus, na Cisjordânia • Dezasseis pessoas são mortas num bombardeamento norte-americano sobre a província de Paktia, no leste do Afeganistão.

### 10 Domingo

A Associação de Solidariedade Imigrante promove uma marcha em Lisboa em protesto contra a situação dos imigrantes em Portugal • Milhares de médicos manifestam-se em Paris, reclamando um novo cálculo dos seus horários • A oposição ao Plano Hidrológico Nacional de Espanha leva milhares de pessoas a desfilar, no centro de Barcelona • A coligação MDF/PCD vence as eleições legislativas em São Tomé e Príncipe • Helicópteros de combate israelita disparam dois foguetes contra alvos palestinianos no campo de refugiados de Jabalyia, no norte da Faixa de Gaza.

### 11 Segunda-feira

O Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos exige a exoneração do secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, por ter «ameaçado com severas punições criminais os funcionários que denunciam injustiças» • A Ordem dos Médicos Dentistas apresenta ao Presidente da República, Jorge Sampaio, um documento de reflexão e análise sobre a saúde oral em Portugal • O secretário-geral do Movimento para a Mudança Democrática, Welshman Neube, é detido em Plumtree, numa altura em que se realizam eleições presidenciais no Zimbabué • O exército israelita detém 600 palestinianos no campo de refugiados de Dheishé, na Cisjordânia.

### 12 Terça-feira

Os trabalhadores da indústria vidreira da Marinha Grande iniciam um novo período de greve: o Sindicato justifica a paralisação com o «não cumprimento do contrato colectivo» que previa um aumento salarial de 5,4 por cento • Os trabalhadores da Transtejo entram em greve: o sindicato dos trabalhadores reivindica a atribuição de subsídio de turno e um adicional da remuneração • Catorze palestinianos são assassinados durante confrontos com soldados israelitas que efectuam um incursão na região de Jabalyia • A China acusa os EUA de estarem a expandir a sua presença militar por todo o mundo e de ignorar as violações dos direitos humanos.

## Aconteceu

### Portugal desrespeita Protocolo de Quioto

Portugal é um dos quatro países mais poluentes da União Europeia, tendo excedido em 10,2 por cento a quota das emissões de gases com efeito de estufa prevista no Protocolo de Quioto. Espanha, Irlanda e Dinamarca são os outros três países que mais aumentaram as emissões poluentes acima do previsto no protocolo, de acordo com o documento da Agência Europeia do Ambiente, apresentado sexta-feira.

Portugal surge ainda como campeão dos maus resultados no que respeita à intensidade energética, surgindo em destacado primeiro lugar entre os 15 países da União Europeia que mais a aumentaram desde 1990. A intensidade energética é a quantidade de energia necessária para criar riqueza, ou seja, a relação entre o consumo de energia e o Produto Interno Bruto.

Em matéria de transportes, Portugal está no grupo dos sete países onde é maior a utilização do automóvel privado e é o quarto Estado membro da União Europeia com maior peso dos transportes de mercadorias por via rodoviária. A utilização do automóvel individual contribui para aumentar as emissões de gases com efeito de estufa, prejudicando o combate às alterações climáticas.



### Médicos acusam PS e PSD

O presidente da Federação Nacional dos Médicos (FNAM) acusou, na passada semana, o ministro da Saúde de gerir mal os recursos humanos no sector, ao querer recrutar clínicos estrangeiros e prejudicar os recém-licenciados nacionais.

Cílio Correia considera que a solução anunciada pelo ministro Correia de Campos, do lançamento de um concurso internacional para recrutar médicos estrangeiros, «ao ser colocada no actual momento político, é desajustada».

O dirigente da FNAM responsabiliza os anteriores governos do PSD pela actual falta de médicos em Portugal, ao limitarem com numerosas cláusulas o acesso às universidades, e também os governos do PS, ao terem «deixado pretelar a situação».

Cílio Correia defende que o problema de falta de médicos em Portugal deve ser avaliado no sentido de serem criadas condições e incentivos de mobilidade dos médicos, «uma proposta da ministra da Saúde Manuela Arcanjo que foi posta na gaveta».

### Faleceu Joaquim Afonso de Oliveira

No dia 10 de Março, com 52 anos de idade, faleceu Joaquim Afonso de Oliveira. Médico Assistente Graduado de Cardiologia, era responsável pela Unidade de Cardiologia de Intervenção do Hospital de Santa Maria, em Lisboa, e docente de Medicina e Cardiologia da Faculdade de Medicina de Lisboa.

Membro da União de Estudantes Comunistas desde 1972, foi preso e torturado pela PIDE/DGS perante quem manteve um comportamento de grande dignidade e firmeza. Foi membro dos órgãos dirigentes daquela organização comunista até 1978. Nos anos de 1979 e 1980 integrou a Comissão do PCP para o Trabalho entre a Emigração e, depois dessa data, foi membro

do Sector de Saúde da Organização Regional de Lisboa. Entre 1974 e 1980 foi funcionário da UEC e do PCP. Fez sempre questão de realçar a coerência entre a sua postura moral, os objectivos da sua intervenção social e cívica e a sua condição de membro do PCP.

Profissional e homem exemplar de causas e valores, Joaquim Oliveira foi membro da Direcção do Sindicato dos Médicos da Zona Sul e um persistente defensor do Serviço Nacional de Saúde pública, universal, geral e gratuita.

O funeral de Joaquim Oliveira foi uma sentida homenagem dos familiares, de muitos amigos, camaradas e da população de Lousa, Loures, onde residia e era natural.



### Carlos Sousa contra co-incineração

O Movimento de Cidadãos pela Arrábida ganhou um novo aliado no presidente da Câmara Municipal de Setúbal, que tomou na passada semana uma posição pública contra a co-incineração.

«Enquanto parte do aparelho de Estado e dentro da legalidade da legislação em vigor, vou

continuar a utilizar todos os meios para tentar impugnar e parar este processo. Como cidadão, que não agarrado à disciplina do aparelho de Estado, vou estar ao lado de toda a população de Setúbal para impedir a co-incineração, que acreditamos ir contra os interesses do nosso concelho», afirmou o autarca.

O resultado dos testes de co-incineração à Arrábida vai ser conhecido dentro de três meses. Entretanto, Carlos Sousa juntou o seu nome à queixa que o Movimento de Cidadãos apresentou junto da União Europeia contra a co-incineração na cimenteira da Secil.

### Imigrantes manifestam-se pelo direito de residência

A Associação de Solidariedade Imigrante promoveu, no domingo, uma marcha em Lisboa, do Martim Moniz ao Terreiro do Paço, em protesto contra a situação dos imigrantes em Portugal. A acção teve como principal reivindicação a transformação dos vistos de permanência em autorização de residência.

A Associação pretendeu também alertar a opinião pública para os problemas dos imigrantes. Durante a concentração no Terreiro do Paço, a associação divulgou as conclusões

retiradas das reuniões que há dois meses mantém com imigrantes, por um lado, e com os partidos políticos, sindicatos e igreja, por outro.

De acordo com números apresentados pela Associação de Solidariedade

Imigrante, há actualmente 130 mil estrangeiros com vistos de permanência em Portugal, e 20 mil processos pendentes. Cerca de 60 mil pessoas não têm qualquer tipo de autorização.



## Crónica Internacional

• Ângelo Alves

### Paralelismos...

Estamos em campanha. As nossas atenções estão principalmente voltadas para o nosso país, para o nosso povo. Mas este período é igualmente importante para outros povos que no mundo lutam pela edificação dos seus estados livres e independentes. É o caso do mártir mas heróico povo da Palestina ou do igualmente heróico, e também mártir no passado, povo de Timor-Leste.

Em Timor o tempo é de construção de um jovem estado nascido das ruínas da opressão e destruição indonésias. O desafio colocado é de gigantescas proporções: reconstruir o país, melhorar as difíceis condições de vida do seu povo e edificar o regime democrático, condição essencial para que timorenses possam gerir os seus próprios destinos livres de ingerências de qualquer espécie ou de neocolonialismos à boa moda do imperialismo dos tempos modernos seja americano, europeu ou japonês, sem esquecer pretensões das classes dominantes indonésias ou australianas.

Não é tarefa menor sem dúvida! A coragem tão necessária durante a resistência vê-se agora na perseverança e na firmeza de princípios tão necessárias à real edificação do estado timorense verdadeiramente livre e independente.

Entre outros, os seguintes passos são particularmente importantes:

30 de Agosto 2001 - Eleições para a assembleia constituinte. O povo timorense depositou nas mãos da FRETILIN e dos seus quadros (a FRETILIN ocupa 55 dos 88 lugares desta câmara) a importante tarefa de definir a lei fundamental do país e de constituir o primeiro governo de Timor dirigido por timorenses;

9 de Fevereiro 2002 - A Assembleia Constituinte aprovou a versão final do texto da Constituição. Redigida com base numa proposta inicial da FRETILIN, foi posteriormente alvo de uma ampla consulta à população e no dia 23 de Março será finalmente promulgada;

20 de Maio 2002 - Simultaneamente entrará em vigor a Constituição, será declarada formalmente a independência de Timor-Leste e proceder-se-á à transferência de poderes da administração transitória das Nações Unidas (UNTAET) para o governo timorense.

Entretanto, dia 14 de Abril será o dia em que os timorenses escolherão o primeiro presidente desta nova fase da vida de Timor. Dois candidatos apresentam-se às eleições: Xanana Gusmão, líder histórico da resistência timorense, e Xavier do Amaral, líder da ASDT.

A eleição do presidente de Timor é de crucial importância para a união do povo timorense numa fase particularmente delicada do processo de edificação do Estado timorense. Essa foi uma das razões que levou a FRETILIN a não apresentar qualquer candidato e a afirmar que seria desejável que Xanana Gusmão, como independente, se candidatasse à presidência. Tal não aconteceu e Xanana apresentou-se a estas eleições apoiado por dez partidos minoritários que globalmente contestam o papel da FRETILIN como grande força libertadora. Segundo o próprio, tais apoios não significam que venha a ser o presidente da «oposição». No entanto, esta parece ser claramente uma opção política uma vez que tinham já sido reunidas as cinco mil assinaturas necessárias para que Xanana se candidatasse como independente.

Mas se no plano nacional o quadro é instável e nada fácil, no plano internacional sinais preocupantes de redução do apoio externo ao desenvolvimento do país surgem. É o caso da declarada intenção da Comissão Europeia de reduzir os apoios a Timor de 28 milhões de euros para 7 milhões de Euros no orçamento para 2003. Posição esta que já mereceu firme condenação por parte do PCP através dos seus deputados no Parlamento Europeu. Não menos preocupante foi a decisão de Ramos Horta, ministro dos Negócios Estrangeiros de Timor, Prémio Nobel da Paz, de apoiar publicamente Durão Barroso na campanha eleitoral para as eleições legislativas portuguesas.

É efectivamente um quadro complexo e nada fácil aquele em que se desenvolve esta nova fase de luta do povo timorense pela sua libertação. Será agora contra divisionismos de mero interesse partidário ou pessoal e instrumentalizações vindas do exterior que o povo timorense terá de lutar.

Referimos no início desta crónica a luta heróica do povo palestino para depois nos centramos em Timor. Mas se há paralelismo que pode, e deve, ser feito entre as lutas destes dois povos, esse é o da coragem, da determinação e da firmeza. Do acreditar na sua força enquanto povo unido, que num caso já alcançou importantes e históricas vitórias e que noutro está a braços com uma das mais violentas ofensivas do sionismo israelita em toda a sua história. Certamente que, por unidos estarem, estes povos não serão vergados, não serão vencidos! Saibamos nós contribuir com a força da nossa solidariedade para com o herói destas duas lutas – o Povo!

Saibamos nós contribuir com a força da nossa solidariedade

## Editorial

# VALE A PENA VOTAR CDU

Domingo, os portugueses e portuguesas vão eleger os 230 deputados da Assembleia da República. Não cabe no espaço deste texto um balanço circunstanciado do que tem sido a campanha eleitoral que amanhã termina. No entanto, se se quisesse resumir esse balanço numa frase, haveria que dizer: a campanha foi dominada por uma monumental e amplamente divulgada vaga de mistificação e manipulação que subverte o conteúdo democrático do acto eleitoral.

Com efeito, da leitura ou audição do discurso dos líderes do PS e do PSD e da generalidade das notícias, comentários e análises vindas a público (nas televisões, rádios e jornais) sobre as eleições de 17 de Março, emerge a ideia falsa, **intencionalmente falsa**, de que estamos perante a eleição de uma pessoa para o cargo de primeiro-ministro. Com isto pretendem os divulgadores da patranha que o eleitorado reduza a sua opção de voto a um dos dois líderes partidários acima referidos, remetendo os restantes partidos para uma situação de espectadores que nada contam para nada. Lançada esta armadilha perversa, é-lhes fácil, depois, fingirem, cheios de «convicção», que a batalha eleitoral se trava entre a «direita» e a «esquerda» e, no caso do PS,

proprietários lhe destinou. Na sua maioria, os órgãos de comunicação social, para além de difusores activos do vasto rol de mistificações, fazem da CDU o alvo principal das suas práticas desinformativas e deturpadoras da realidade (e, para bem cumprir o seu desígnio, sorriem complacentes à demagogia *populista* (neo-salazarenta) do CDS/PP e tratam com carinhos e mimos especiais a campanha do Bloco de Esquerda, sobre a qual abundam escritos e peças televisivas que mais parecem tempos de antena desse partido). Todos esses estão de acordo em duas questões essenciais – a defesa da política de direita e o ataque descalabelado à CDU. Apenas divergem num pormenor: para aplicar o essencial da política de direita, uns preferem o PSD, outros preferem o PS.

Importa, assim, repetir e repetir junto do maior número possível de eleitores o conjunto de dados e factos capazes de repor a verdade onde a mistificação a oculta ou a subverte e falsifica: os dois partidos com maior expressão eleitoral, PS e PSD, têm estado no governo (sozinhos, ligados entre si ou aliados ao CDS/PP) há vinte e cinco anos – e tiveram tempo mais do que necessário para resolver os problemas que em todas as campanhas eleitorais prometem resolver; nesses vinte e cinco anos, PSD e PS fizeram, no essencial, a mesma política – e é essa política, responsável de facto pelos problemas existentes, que é preciso mudar; a mudança necessária passa pela alteração da representatividade das diversas forças partidárias na AR, dando mais força aos que se batem por uma mudança de política e retirando força aos que pretendem prosseguir e acentuar a aplicação dessa política negativa; a *estabilidade* invocada no sôfrego apelo, quer do PSD quer do PS, à maioria absoluta, não passa de um subterfúgio para, na posse do poder absoluto, fazerem do *quero, posso e mando* a regra fundamental da acção governativa; no dia 17 vão ser eleitos 230 deputados e não um primeiro-ministro; os deputados eleitos terão, nos próximos quatro anos, a importante tarefa de discutir e aprovar leis que têm a ver com a vida de todos nós e de fiscalizar a acção do governo que vier a ser formado.

E é tudo isto que, divulgado, pode levar muitas pessoas a dizer que vale a pena votar.

Importa, enfim, sublinhar que, em matéria de trabalho positivo realizado na AR, os deputados da CDU ocupam o lugar cimeiro – eles estão incontestavelmente ligados a todas as medidas positivas aprovadas na AR e levantaram a sua voz e o seu voto contra todas as medidas negativas ali decididas. E se mais fossem, mais e melhor teriam podido fazer.

Daí a múltipla utilidade do voto na CDU: é um voto que conta, **como qualquer outro**, para derrotar a direita; que conta, **mais do que qualquer outro**, para enfraquecer a política de direita e abrir caminho à mudança, à alternativa de esquerda; que conta, **como nenhum outro**, para imprimir um sentido positivo às decisões da AR; e para além de tudo isso, é um voto carregado de futuro, que dá força àqueles que complementam a sua acção institucional, todos os dias, com a luta na defesa dos interesses e direitos de quem trabalha e vive do seu trabalho.

E é tudo isto que nos permite dizer, dizendo a verdade, que vale a pena votar na CDU.

## “Domingo, os portugueses e portuguesas vão eleger os 230 deputados da Assembleia da República”

brandir o papão da vitória da direita como argumento de desbragada caça ao voto de esquerda - voto a que Ferro Rodrigues e o seu partido, levantando a fasquia da manipulação, chamam de «útil».

Envoltos nesse espesso manto mistificatório, os dois líderes imitam-se, também, no apelo à maioria absoluta, um garantindo que a usará com «mão de ferro», o outro, nem precisando de o garantir já que, como sabemos por experiência sofrida, é essa a vocação natural da família política a que pertence – e ambos considerando a referida maioria absoluta como condição indispensável para assegurar a *estabilidade*.

Enquanto isso, desdobram-se os dois em promessas de resolução de todos os problemas que afectam o povo e o País (desde a aproximação iminente de Portugal aos países mais desenvolvidos da União Europeia até ao fim das filas de espera nos hospitais...) – ao fim e ao cabo, promessas que ambos já fizeram em 1995 e em 1999, para não irmos mais longe no tempo.

E é tudo isto que leva muitas pessoas a dizer que «não vale a pena votar».

Neste processo, a comunicação social dominante tem vindo a ocupar (em nome da *isenção*, da *independência* e do *pluralismo*) o lugar que a defesa dos interesses dos seus

## Actual

## Colo, doce colo

● Vítor Dias

Pelos vistos, a campanha não podia terminar sem que responsáveis do Bloco de Esquerda dessem mais um testemunho da sua peculiar «nova forma» de fazer política que consiste em deturpar, fria e premeditadamente, as posições do PCP.

Com efeito, discursando na Aula Magna e depois de se referir à orientação do CDS-PP, Miguel Portas sentenciou que «o problema do Partido Comunista nesta disputa eleitoral é que a sua proposta é, no fundo, simétrica, obviamente diferente, mas é simétrica [à do CDS-PP]. O PS é péssimo, horroroso, mas desde que o PCP esteja no governo, a coisa obviamente que é outra».

A questão é apenas esta: Miguel Portas sabe perfeitamente que o que o PCP anunciou e reiterou, para depois de 17 de Março, foi a sua disponibilidade «para examinar com as outras forças democráticas as possibilidades de definição de uma política de esquerda (que signifique um ruptura com a política até seguida) e de concretização de uma solução governativa capaz de a respeitar, garantir e

aplicar». Logo acrescentando que, para isto, o que mais conta é o reforço da votação da CDU.

Confundir a precisa, rigorosa e importante substância desta posição com qualquer propósito de ir para o governo a qualquer preço e, ainda por cima, com o efeito automático de transformar o «péssimo» em óptimo e o «horroroso» em exaltante é uma pura e lamentável desonestidade, bem representativa das mais velhas e bafiantes formas de fazer política, à esquerda ou à direita.

Acresce que esta autoproclamada «esquerda moderna» também parece não ter grande apreço pela coerência. Em entrevista a F. Louçã (28/2), um jornalista do «Público», em ostensiva deturpação, aludiu a que para o PCP «o PS e o PSD são a mesma coisa». Louçã aproveitou gulosamente a boleia e logo desancou no «discurso simplista do PCP, como se todos os gatos fossem

pardos em noite de lua nova». O problema é que se, neste âmbito, não existissem dezenas de outras afirmações de dirigentes do Bloco de brutal amálgama entre o PS e o PSD (como o PCP nunca fez), aí estaria a recente afirmação de Louçã no mesmo comício de que PS e PSD eram irmãos «absolutamente siameses» para se saber em que cabeças passeiam gatos pardos e quem é que debita um «discurso simplista».

Os responsáveis do Bloco andam manifestamente felizes por, nesta campanha, serem positivamente levados ao colo pela maior parte dos órgãos de comunicação social que, como é sabido, suspiram por uma política «radicalmente de esquerda».

Felizes podem estar, apesar do bonito serviço que em Dezembro prestaram à cidade de Lisboa. Mas deviam saber que impunidade política é coisa que, se não a reclamamos para nós, também não a concedemos a ninguém.



## Fuja, fidalgo!

● Leandro Martins

A poucos dias das eleições, parece não haver outro tema senão... as eleições. Para meditar, reflectir ou falar. E portanto também alinho nisso. E alinho ainda na questão mais visível - não para toda a gente, é claro - que enforma o acto eleitoral no seio das democracias dominadas pelo capital: a bipolarização. A bipolarização não é uma ameaça que se perfile no horizonte, um fantasma que assombre a Europa ou o mundo, uma coisa que venha aí. Já mora entre nós. E, no entanto, o nome é enganador. Bipolar pressupõe dois pólos que se opõem. Quando, na realidade, a bipolarização política é apenas uma aparência, as duas faces de uma mesma moeda que nós temos vindo a classificar como «política de direita». Não vamos aqui destrinçar o que de

essencial uma desses dois pólos nem dissertar sobre os estilos e os apoios sociais que diferentemente os dividem. Há decerto um eleitorado sensível às ideias da direita, como há um outro afeito às ideias e valores da esquerda. Mas, mesmo sendo os protagonistas partidários diferentes - nas suas raízes e na família social em que se inscrevem -, e diferentes sendo os votos que os elegem, o certo é que o resultado, na prática, se revela no essencial o mesmo. Até as posturas e as promessas são as mesmas enunciadas pelos polares adver-

sários. E, na sua vontade de mudança, muito eleitor vem despendendo o seu voto e, descobrindo-se enganado, corre a mudar e a enganar-se na próxima. Serenamente, o capital vai fazendo o seu caminho.

Serenamente? Nada disso. Se é verdade que os grandes senhores do dinheiro feito à custa da exploração e da especulação têm facilidade na escolha de quem se mostra mais apto a defender-lhes os interesses, tais senhores temem sempre os seus verdadeiros inimigos. Inimigos de classe, específico, que é termo de pouco uso. Por isso tecem a teia da desinformação e da conformação ideológica, babada pelos meios de comunicação que possuem. Por isso discriminam, esmagam, censuram, apagam e fingem ignorar as vozes dos que, fora da bipolarização, se opõem à política de direita. Tais senhores já não temem os rompantes de dignidade que Eça contava quando um camponês surdinha ao caminho do amo e, erguendo um ameaçador estadulho, lhe berrava: «Fuja, fidalgo, fuja que o mato e me perco!»

O tempo desses rompantes de pouca dura há muito passou. O que se vem perfilando na resistência destes tempos é o persistente labor da organização e da luta. Que também passa por estas difíceis batalhas eleitorais.



## Chantagem ao pequeno-almoço

● Anabela Fino

Recentemente, o representante permanente dos EUA na ONU convidou um grupo de embaixadores latino-americanos para tomar o pequeno-almoço nas suas luxuosas instalações do Wladorf Astoria. O menu foi «Continental». A conversa, imperial.

À laia de aperitivo, o embaixador norte-americano começou por falar ao coração dos seus homólogos, declarando pateticamente que o seu cargo dependia do regresso dos EUA à Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH). Para acudir a tal emergência e evitar o aumento do desemprego em Nova Iorque impunha-se uma solução: que a América Latina pressionasse a União Europeia para retirar dois dos seus candidatos à referida Comissão, deixando assim o caminho livre para os EUA. Mais disse o embaixador que os EUA não estão dispostos de modo algum a submeter-se a uma votação e que, caso não se chegue a um acordo, nada augura de bom para o futuro da CDH.

Não foram dados pormenores, mas não é difícil imaginar que a vingança seria terrível.

Com o apetite abalado para o luxuoso pequeno-almoço, os embaixadores latino-americanos tiveram ainda de engolir outro pedido indigesto: o voto na CDH para condenar Cuba. Segundo foram informados, a República Checa voltará a servir de cabeça de turco dos EUA apresentando uma resolução contra Cuba, mas exige garantias absolutas de que terá os votos necessários para a fazer aprovar. Postas as coisas neste pé, a capital do império exige disciplina e rapidez de resposta da América Latina.

Caso contrário... o quê? Como quem não quer a coisa, o representante de Washington fez saber que o assunto será tratado pessoalmente por Bush nas Cimeiras Centro-Americana e Andina a

realizar este mês, por ocasião da sua visita a vários países da região. Para chantagem não está mal. Numa mão o pau e noutra a cenoura, com pomposo pequeno-almoço à mistura.

Para a Missão Permanente de Cuba na ONU, que nos fez chegar esta informação, nada disto é novo, por mais escandaloso que seja. Com a serenidade e a firmeza de quem há décadas resiste à guerra suja que lhe é movida pela mais poderosa nação do mundo, Cuba considera chegado o momento de informar os restantes estados-membros das Nações Unidas do que se está a passar, e promete dar conta dos próximos episódios.

Porque há quem não se venda por um prato de lentilhas, pequenos-almoços de luxo ou chantagens de qualquer espécie, a luta continua. E o exemplo de Cuba aí está para o provar.



## Frases

“Por agora, a Administração americana tem conseguido evitar que o fracasso afeção se reflita na popularidade intramuros do presidente Bush. Só que o regresso de um maior número de caixões e a eventualidade de um novo atentado da Al-Qaeda pode vir a abalar a opinião dos americanos em relação ao inquilino da Casa Branca?”

(António Rodrigues, *Diário de Notícias*, 11.03.02)

“Estamos tão vulneráveis [a um ataque] como estávamos a 10 ou a 12 de Setembro. A única diferença é que agora temos mais informação.”

(Karen Hughes, directora de comunicação da Casa Branca, *EUA, Público*, 11.03.02)

“A ênfase nos direitos fundamentais, de cada um perante os outros e o colectivo, não é um erro; mas é um erro, e pode ser um erro trágico (cultural e político), o apagamento dos deveres e das responsabilidades pessoais, de cada um para com os outros e o colectivo.”

(Mário Pinto, *ibidem*)

“A onda de fundo de que o País precisa é uma nova política.”

(Carlos Cravalhas, *ibidem*)

“Não queremos o regresso ao cavaquismo rançoso dos barões e das tias e dos laranjinhas que saltavam. Nem das clientelas rosa que fazem que andam mas não andam.”

(idem, *ibidem*)

“Nesta semana [de campanha], a impressão com que se fica é a de um País de “lobby” da construção civil e do futebol - e toda a política está a girar à volta disto.”

(Rui Cardoso Martins, *Diário de Notícias*, 10.03.02)

“Quem tem comandado a campanha eleitoral até agora é (...) “a trupe do futebol” - gente que está nos partidos e nos clubes em simultâneo, nas câmaras e no Governo, traficando interesses e influências ou apenas negociando votos.”

(Fernando Madrinha, *Expresso*, 09.03.02)

“Os trabalhadores não precisam de uma mão de ferro, precisam de uma mão amiga.”

(Maria Emília de Sousa, presidente CDU da CM de Almada, *Público*, 10.03.02)

“Duque de Bragança recusa participar na campanha PPM.”

(Título, *ibidem*)

“Cheques em branco não faltam nesta eleição. Se nos ficarmos pelos dois principais partidos, os seus equívocos, a sua falta de carácter e a sua ausência de compromissos são aflitivamente visíveis (...) Farão uma coisa, mas também a outra se for preciso. Já ambos o disseram a propósito dos despedimentos e do congelamento de vencimentos da Função Pública: nunca! A não ser que seja preciso!”

(António Barreto, *Público*, 10.03.02)



Esclarecer, informar e passar a palavra até ao último minuto da campanha

# «É preciso avisar toda a gente!»

**E**m plena recta final da campanha, o secretário-geral do PCP, que se tem desdobrado em diversas iniciativas acompanhado, pelo País, por milhares de comunistas, trabalhadores, mulheres e jovens, estará hoje à noite em Lisboa e amanhã em Almada para os dois grandes comícios de encerramento.

Para além das iniciativas em que participa o secretário-geral do PCP, a CDU está a levar a cabo diversas outras, de contacto com os trabalhadores e as populações e de sensibilização do eleitorado, que se realizarão até ao último minuto da campanha.

No passado sábado, o secretário-geral acabou um preenchido dia de campanha eleitoral – no qual participou numa arruada na Baixa da Banheira, almoçou em Santiago do Cacém e discursou na Amadora –

com um grande comício no Barreiro, no qual participaram também Jerónimo de Sousa, cabeça de lista pelo círculo de Setúbal, e vários outros candidatos.

Visivelmente bem disposto, Carlos Carvalhas confessou que, ao deslocar-se para a cidade da margem sul, passou por muitos *outdoors*, dois dos quais prenderam a sua atenção. O primeiro, afirmou, «diz que “é preciso um governo com mão de ferro”, mas só se for de ferro importado porque o PS liquidou a Siderurgia». Além disso,

prosseguiu, «mão de ferro para quem? Para os poderosos e os grandes senhores do dinheiro? Ou para os trabalhadores, os pequenos agricultores e os pequenos e médios empresários? A pergunta tem razão de ser, porque no passado recente, sempre que a oligarquia levantou a voz, o PS recuou».

No outro cartaz, «surge Durão Barroso em pose solene a prometer ao povo português mudança com confiança». Mas confiança de quem e para quem?, questionou o secretário-geral. Certamente para os detentores de grandes rendimentos, que vão ser beneficiados pelo seu choque fiscal. «Sim, porque não conta certamente com a confiança do povo, dos trabalhadores,

dos reformados, não com a confiança daqueles que se lembram do que foi o cavaquismo, daqueles que estiveram na Ponte 25 de Abril ou que levaram bastonadas na Marinha Grande.»

A terminar, Carlos Carvalhas mostrou-se também favorável à mudança, mas não a que o PSD defende – que não passaria de um regresso ao cavaquismo – mas sim uma mudança para melhor.

## Ganhou quem votou CDU

Jerónimo de Sousa lembrou que é também de salários, pensões, serviços públicos e direitos que se está a tratar nestas eleições e lembrou os menos avisa-

dos – que perante o alarido da direita e perante a ideia mais ou menos contabilística de que a CDU nunca ganha, possam pensar que o PS constitui alternativa – de que nunca a direita ganhou no distrito. Mas será o PS alternativa? O cabeça de lista discorda, relembrando diversas votações dos oito deputados socialistas do distrito, contrárias à construção de centros de saúde ou de escolas e, por exemplo, contrárias ao aumento digno dos salários.

Em seguida, lançou um desafio aos presentes na sala, que depois estendeu a toda a população do Barreiro: «quantas vezes esses oito deputados – do PS – estiveram com uma luta, numa empresa ou numa escola, numa reivindicação de reformados, com uma proposta positiva?» E a verdade, concluiu, é que

ninguém saberia responder.

Então para quê votar PS? perguntou. Foi quem o fez, e não quem votou CDU, que perdeu, pois as suas aspirações e reivindicações «ficaram divorciadas do seu voto». Ganhou quem votou na CDU, porque «não houve nenhum avanço positivo, pequeno que fosse, que não tivesse o voto, a iniciativa, a proposta e o impulso dos deputados comunistas e do PEV».

O deputado Joaquim Matias apresentou o comício – no qual interveio ainda João Corregedor da Fonseca, da ID, e actuaram os Bardoada e os Lado B – e desafiou os presentes: «É preciso avisar toda a gente, passar a palavra e informar de que não estamos condenados à alternância de políticas de direita e que é urgente e possível romper com esta política.»

Carlos Carvalhas, no Barreiro

## «PS e PSD preparam assalto aos salários e pensões»

Carlos Carvalhas acusou no comício do Barreiro estar em preparação o que considerou ser um grande assalto aos salários e ao poder de compra dos trabalhadores, a ser perpetrado conjuntamente por PS, PSD e PP. Segundo o secretário-geral do PCP, estes partidos estão a abrir caminho para «um dos mais fortes ataques de sempre aos direitos e às condições de vida dos trabalhadores».

Falando uns – no caso o PS – em moderação salarial e outros – o PSD – em congelamento dos salários para a administração pública, Carvalhas acusou uns e outros de estarem a preparar, se os resultados eleitorais os favorecerem, uma forte redução do poder de compra dos trabalhadores e dos reformados e, de forma indirecta, dos pequenos e médios empresários, «porque não havendo poder de compra, naturalmente se

restringe o mercado e se diminuem as vendas». Sendo Portugal o país da União Europeia com os mais baixos salários e pensões, esta situação torna-se, segundo Carvalhas, tanto mais inaceitável quanto mais crescem os lucros dos

grandes grupos económicos e financeiros. Depois das acusações, o secretário-geral do PCP prometeu combate contra tais projectos, «venham eles do PS ou do PSD». E garantiu que, ao contrário de outros, a CDU «não aceita a perspectiva de condenar os trabalhadores e os reformados e pensionistas a ficar por décadas e décadas cada vez mais na cauda da Europa em relação ao nível e às condições de vida».

Carlos Carvalhas salientou ainda que o PS, o PSD e o PP se mantêm «perdidos num mar de temas, assuntos e polémicas diversos com mais ou menos importância, mas sem nunca encontrarem um momento para falarem do aumento dos salários e da recuperação do poder de compra».

Para fazer face ao previsível «assalto», apelou ao voto na CDU como forma de contribuir para uma vida melhor. «Temos que dizer aos eleitores que está nas suas mãos contribuir para isto», declarou, lembrando que se o voto é um só dia, as suas consequências prolongam-se por muitos anos na vida de cada um. «Não tomar partido, seria um erro», concluiu.



Dia Internacional da Mulher  
comemorado com grande jantar em Almada

# Um passo para a emancipação da Humanidade

«Como nenhuma outra força política em Portugal, podemos reivindicar-nos dum património único de intervenção e proposta, no passado e no presente, em defesa dos direitos das mulheres», afirmou Carlos Carvalhas, no jantar comemorativo do 8 de Março, realizado em Almada, no qual participaram mais de trezentas pessoas.

Eram na sua maioria mulheres. De diversas idades, com diferentes experiências e oriundas de vários locais, confluíram para a centenária colectividade SFUAP, na Cova da Piedade, para um jantar comemorativo do Dia Internacional da Mulher, organizado pela CDU. Um dia, como afirmou o secretário-geral do PCP, que é

é uma data importante, que «comemoramos todos os anos nas mais diversas esferas da vida partidária, um momento significativo neste percurso de luta e de construção, nesta longa caminhada pela igualdade e emancipação das mulheres, ela própria fundamental e essencial para a emancipação da humanidade».

**As mulheres ganham, em média, menos 27 contos que os homens**

qualificados e 52,25 dos que trabalham com vínculos precários. Ao nível do salário, este é, em média, 27 contos inferior ao dos homens.

São ainda as mulheres que mais sofrem com as novas formas de exploração, como o teletrabalho, o trabalho ao domicílio ou à peça.

Segundo o secretário-geral comunista, o esforço feito pela CDU para uma maior participação no feminino reflecte-se, também, na composição das listas que a coligação apresenta às próximas eleições, nas quais um terço dos candidatos são mulheres. Isto tem ainda mais valor se se tiver em conta que o número de mulheres em posição de serem eleitas acompanha essa percentagem.

Em seguida, apelou às mulheres portuguesas para que «não se resignem e para que no próximo dia 17 de Março não deixem que o País se entregue novamente às políticas que o PS e o PSD têm prosseguido». E de entre as muitas políticas negativas, a candidata dos «Verdes» destacou o excessivo tempo que se passa no caminho entre a casa e o trabalho e a falta de equipamentos para crianças e idosos, que, «pelo papel que a mulher ainda assume na vida privada a limita substancialmente».

Referindo-se à situação da mulher no trabalho, Heloísa Apolónia saudou as mulheres de algumas empresas do distrito, como a Norporte, «que enfrentam grandes dificuldades também na afirmação e na



Carlos Carvalhas denunciou a «fúria das privatizações» na área do ambiente

## Évora Fúria privatizadora

Do pavilhão do Rossio de São Brás à Praça do Giraldo é um pulinho. Por isso, quem participou no Encontro Regional da Juventude CDU – depois do arroz à valenciana e de dois dedos de conversa – pegou nas bandeiras coloridas da coligação e partiu em desfile até à principal praça de Évora.

Já lá estava o grupo de música popular portuguesa Canto Moço, que até durante o ensaio de som faz agitar muitas pernas. O perigo da chuva esteve sempre presente, com um céu carregado a ameaçar o espectáculo e o comício, marcado para as 16h30.

Na Praça do Giraldo havia militantes e simpatizantes da CDU, imigrantes de Leste, grupos de timorenses, turistas espanhóis. Por trás do palco, o fumo das castanhas assadas aquecia a tarde e afastava os chuveiros. A música animou, alegrou e divertiu, intervalada por uma sessão de poesia interpretada por um militante da JCP.

Durante o comício, Lino de Carvalho, deputado e cabeça de lista da CDU pelo círculo de Évora, denunciou a utilização de meios e funções do Estado por parte dos candidatos do PS. E contou casos inacreditáveis, como ter sido feita uma nova placa com a data de 2002 para a segunda inauguração de uma instituição local, sendo retirada a da primeira inauguração, datada de 1999. Ou o facto de terem sido entregues, em cerimónia oficial, viaturas a corporações de bombeiros que estavam ao serviço há mais de um ano. «Até houve um bombeiro que contou à comunicação social que veio do Norte nesse carro, tirou a chave da ignição, deu-a ao secretário de Estado e este voltou a entregar-lha», narrou Lino de Carvalho.

Rodeia Machado e Fernando Carmosino, respectivamente cabeças de lista da CDU por Beja e Portalegre, falaram dos problemas específicos do Alentejo, como a desertificação e a falta de apoio ao desenvolvimento económico regional. O deputado Rodeia Machado lembrou que o PS afirma que os problemas estão resolvidos, mas «todos nós sabemos que não é assim». E são os alentejanos que os sentem diariamente.

### Apelo a Sampaio

Na intervenção final do comício, Carlos Carvalhas denunciou a «fúria das privatizações» na área do ambiente, mesmo que seja «à custa das populações, do preço dos serviços e do controlo de áreas de serviço essenciais pelas populações e autarquias».

O líder comunista alertou para a tentativa de privatizar o serviço de abastecimento de água e de saneamento, com a retirada destas funções às autarquias e a criação dos sistemas multimunicipais. Com eles, PS e PSD «mais não visam do que preparar a prazo a entrega de um sector apeteçível pelos grandes grupos económicos, a maioria dos quais estrangeiros, deste importante e rentável fonte de negócio».

Na quinta-feira, foi, aliás, aprovada pelo Governo a criação de um destes sistemas para o distrito de Évora, «conhecendo a oposição da maioria das autarquias e procurando assim, pela força e ilegalmente, obrigar as autarquias a abdicar de uma competência que tão bem têm desempenhado nesta região», sustentou Carvalhas.

«Daqui alertamos o Presidente da República para a negociata que está em curso à custa das populações, pois não bastam palavras moralizadoras, é preciso também intervenção, sobretudo, quando estamos perante um governo de gestão que quer abusar pelo facto da Assembleia da República estar dissolvida», afirmou o líder comunista.



A luta pela emancipação projecta-se para o futuro, contra preconceitos e discriminações, afirmou Carlos Carvalhas

uma «data maior de uma longa caminhada das mulheres pela conquista, defesa e afirmação dos seus direitos, data maior de um dos grandes combates civilizacionais que atravessou todo o século XX e que hoje continua e se projecta para novos avanços contra preconceitos e discriminações, contra estrangimentos e condicionantes».

No mesmo tom prosseguiu – no breve comício que se seguiu à refeição – afirmando que esta

Actualmente, lembrou Carlos Carvalhas, um dos grandes entraves à efectiva igualdade da mulher chama-se discriminação no trabalho. Sendo Portugal o País da União Europeia com maior taxa de actividade feminina, é também aquele onde mais cresceu a discriminação salarial entre mulheres e homens – 63 por cento dos trabalhadores que auferem o salário mínimo são mulheres, bem como 60 por cento dos não

### «Não se resignem!»

Heloísa Apolónia, do PEV – que na última legislatura teve um grupo parlamentar exclusivamente feminino –, lembrou que a «intervenção das mulheres pela conquista de direitos na luta por melhor qualidade de vida é uma realidade», como o prova a alta taxa de participação feminina em movimentos ambientalistas e ecologistas.

luta por aquilo a que têm direito».

Apresentado pela autarca almadense Maria Emília de Sousa, o comício – cuja mesa, para além de Carlos Carvalhas e Jerónimo de Sousa, era exclusivamente feminina – deu lugar à música de Paulo Vilar e Luísa Basto que, com temas como «Fui hoje ao Alentejo», «Cheira bem, cheira a Lisboa» e, sobretudo, «Katiusha», levaram à emoção muitos dos presentes, sobretudo os mais jovens.

### Faro

## O Algarve não é só turismo

Carlos Carvalhas visitou, na companhia do cabeça de lista pelo círculo de Faro, João Goulão, na passada segunda-feira uma empresa metalúrgica em Silves para mostrar que «o Algarve não é só turismo» e defender mais apoios para a indústria nacional.

«Se se apostar apenas neste sector, em caso de crise, haverá consequências muito negativas no plano social», afirmou o secretário-geral comunista. A empresa

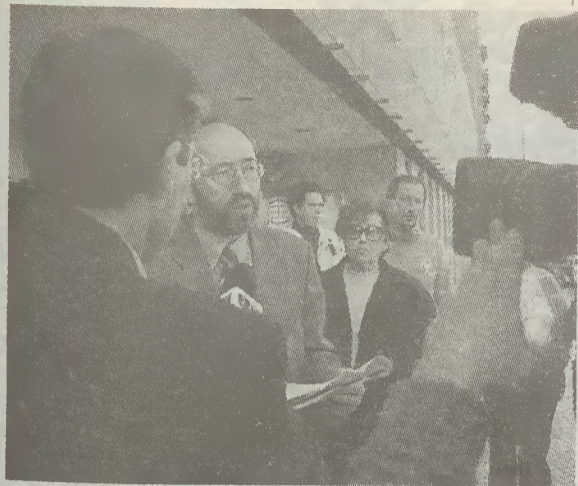
dedica-se ao fabrico de máquinas para a indústria da cortiça, tendo os seus principais clientes no norte de Portugal.

Carvalhas defendeu o investimento público no aparelho produtivo nacional, um dos temas em que tem insistido durante a campanha eleitoral, e reafirmou que é necessário defender a produção nacional, sob pena de Portugal continuar a importar e a aumentar o endividamento do País.

«Não quero que o meu País seja apenas uma região turística da Europa», afirmou.

Antes da visita à empresa, o secretário-geral do PCP esteve reunido em Faro com uma associação de empresários hoteleiros da região, que apresentaram os principais problemas com que se debate o sector turístico. De acordo com o presidente, a indústria do turismo algarvia atravessa uma fase de quebra das receitas motivada pelo arrefecimento das economias euro-

peias, principalmente da alemã, o segundo mercado turístico da região. O ordenamento do território, a segurança, a burocracia «que dificulta o avanço dos projectos» são os principais «estrangulamentos ao desenvolvimento do sector», segundo aquele responsável. No fim da reunião, Carlos Carvalhas defendeu a criação de uma nova Lei-Quadro das Regiões de Turismo «que permita uma maior desburocratização e mais rapidez nas decisões».



António Filipe defendeu uma profunda reestruturação da RTP

## Serviço Público ao serviço do povo e do País

O deputado comunista António Filipe, candidato da CDU, apresentou, na quinta-feira passada, frente às instalações da RTP, algumas das propostas que considera fundamentais para «a prestação de um Serviço Público de Televisão».

Na declaração que leu aos jornalistas, António Filipe manifestou as suas preocupações relativamente à situação a que a RTP chegou por «exclusiva responsabilidade dos governos do PSD e do PS», que compromete as condições de prestação do Serviço Público de Televisão.

Segundo o candidato da CDU, foram os governos do PSD que, apostados na destruição do Serviço Público de Televisão, desmembraram a empresa, instrumentalizaram-na e tomaram «opções de gestão ruinosas que conduziram à acumulação de défices financeiros de enormes proporções». Por seu lado, os Governos do PS, «navegando sem linha nem rumo», não só não resolveram os gravíssimos problemas financeiros da RTP como «não foram capazes de inverter o caminho do desprestígio público» em que caíram a gestão e a programação desta estação de televisão.

Entretanto, as propostas do PSD, de alienação de parte muito considerável da RTP e da totalidade do seu grupo empresarial, representam, para António Filipe, «uma verdadeira declaração de guerra ao Serviço Público de Televisão», e revelam a intenção desse partido «de completar a operação de destruição que iniciou quando esteve no Governo». Quanto às propostas do PS, de «diminuição gradual do financiamento do serviço público por receitas de publicidade», elas reflectem «as indefinições e ambiguidades que conduziram ao agravamento da crise da RTP».

### Propostas da CDU

Para a CDU, o Serviço Público de Televisão «assume uma importância decisiva para o regime democrático e para a promoção da cultura, da identidade nacional e da língua portuguesa», pelo que considera «inaceitável» alienar estes valores «em benefício dos interesses comerciais dos grupos privados multimédia».

Para a prestação de Serviço Público de Televisão «à altura das suas responsabilidades nacionais», a CDU defende:

- uma profunda reestruturação da RTP que estabeleça os princípios de uma gestão profissional, rigorosa e independente do poder político e as contrapartidas essenciais ao prosseguimento dos seus objectivos;

- a manutenção de dois canais generalistas, abrangendo as Regiões Autónomas dos Açores e Madeira (sem prejuízo dos respectivos Centros Regionais) e dos Serviços Internacionais (incluindo programas de canais privados, em modalidades e condições a contratualizar);

- a garantia do pluralismo informativo, de confronto de diferentes correntes de opinião, da qualidade e diversidade da programação, da conservação do seu arquivo, da reconversão tecnológica e do aproveitamento dos meios materiais e humanos existentes;

- a reavaliação urgente das principais decisões tomadas pelo anterior governo quanto à RTP, nomeadamente as relativas à criação da Portugal Global e as que instituíram maiores limitações à publicidade na RTP;

- uma regulamentação da Lei de Televisão que enquadre as questões colocadas pela criação de televisões regionais, designadamente no âmbito da televisão digital, por serem a evitar a concentração, e que estabeleça com clareza as obrigações sociais e culturais decorrentes da exploração privada de canais de televisão.

Sucedem-se as iniciativas de campanha em Lisboa

# Prestar contas apresentar propostas

Numa semana, a CDU realizou, no distrito de Lisboa, inúmeras iniciativas, entre as quais um jantar com seiscentas pessoas e dois comícios, um em Queluz e outro na Amadora. Hoje à noite, é a vez do Pavilhão Carlos Lopes.

Carlos Carvalhas, que encerrou a parte política do jantar da CDU, realizado na passada segunda-feira, na Voz do Operário, com a presença de mais de seiscentas pessoas, afirmou que «não metemos PS e PSD no mesmo saco», mas lembrou que a concentração da riqueza é uma realidade que foi levada a cabo pelos dois partidos. Ao contrário destes, prosseguiu, que apenas têm procurado explorar as paixões futebolísticas, fugindo às questões que realmente interessam, a CDU pugnou durante toda a campanha pela apresentação das suas propostas e pela prestação de contas daquilo que fez.

Segundo o secretário-geral do PCP, ambos os partidos querem a maioria absoluta para ficarem com as mãos mais livres para continuarem a apertar o cinto dos reformados e de quem trabalha.

Estas são algumas das razões apontadas por Carvalhas que tornam necessária a luta por uma mudança. Uma mudança para melhor, à esquerda, consubstanciada na verdade e na justiça social e fiscal, apenas possível com o reforço da CDU, que se baterá por estas causas.

Antes do secretário-geral, intervieram os candidatos Rita Magrinho e Miguel Madeira. A primeira referiu um conjunto de questões relacionadas com a Mulher e a sua participação no desenvolvimento da sociedade portuguesa, bem como as propostas que foram avançadas

na anterior legislatura e que continuarão, pois apenas ficaram suspensas devido à «queda» do Governo do Partido Socialista.

Miguel Madeira, dirigente da JCP, reivindicou a construção de uma verdadeira alternativa de esquerda para os jovens estudantes e trabalhadores.

No final, Carlos Carvalhas

completamente cheio, coube a primeira intervenção da tarde a António Filipe, que se concentrou nas razões para votar – útil – na CDU e no trabalho desenvolvido pelos deputados da coligação nesta legislatura em prol das populações e dos trabalhadores, concretizando com exemplos concretos referentes à Amadora.

Em seguida, Carlos Carvalhas lembrou, também ele, um vasto conjunto de razões para reforçar a votação na CDU. Denunciou os ataques ao passe social que

com a conseqüente redução de custos.

O secretário-geral do PCP chamou também a atenção para as intenções – públicas – do PS e do PSD de procederem à privatização das linhas de comboio, terminado o vultoso investimento público na construção das novas estações. Como exemplo referiu o Hospital Amadora-Sintra, cuja gestão foi privatizada pelo PSD, e assim mantida pelo PS, com claras conseqüências negativas para os utentes.

Com um discurso muito



Seiscentos activistas e apoiantes da CDU participaram no jantar da passada segunda-feira, na Voz do Operário

ainda teve tempo para apagar as velas do bolo de aniversário do octogésimo primeiro aniversário do Partido Comunista Português.

### As conseqüências da política de direita

No passado sábado, com o Recreios da Amadora

o PS e o PSD têm vindo a desenvolver, e a aposta da CDU numa política de defesa do passe, alargando inclusivamente as actuais coroas, como aliás o PCP já propôs na Assembleia da República, num projecto que, se tivesse sido aprovado, significaria, no exemplo da cidade da Amadora, a sua inclusão na coroa L,

virado para questões concretas, Carlos Carvalhas deixou, tal como tinha feito em Queluz, dias antes, um apelo aos trabalhadores e às populações para que no dia 17 nenhum voto falte para dar força à CDU. Para derrotar a direita, para derrotar a política de direita, para dar força à luta por uma política de esquerda.

### Juventude CDU

## Ao encontro das aspirações juvenis

Para além da sua participação nas iniciativas mais gerais da coligação, a Juventude CDU apresenta uma linha de campanha própria, procurando ir ao encontro dos jovens para prestar contas do que foi feito pelos deputados do PCP e do PEV em prol dos jovens e apresentar as propostas para a próxima legislatura.

A nível nacional, foram editados três documentos. Um de carácter geral, contendo propostas e observações sobre as questões da Paz, da sexualidade ou do associativismo. Outro, voltado para os jovens trabalhadores, destaca, para além das mesmas questões gerais, o problema dos salários

e da precariedade do emprego, que afecta uma grande percentagem dos jovens portugueses. Um terceiro, feito à medida dos estudantes do ensino superior, com as propinas e a acção social escolar a merecer lugar privilegiado. Todos eles compararam o que é lei devido à pressão da CDU e o que não é porque PS, PSD e PP não quiseram.

Também a nível local, a Juventude CDU faz, amiúde, campanha própria. Visitas a escolas, empresas de grande concentração juvenil ou a locais de diversão nocturna, fazem o quotidiano de muitos jovens activistas da Coligação Democrática Unitária.

Em Almada, foram distri-

buidos dois documentos específicos para a juventude. Um, com o nome «Óscares», ironizava com diversas situações da política nacional e apelava ao voto consciente na CDU. O segundo, intitulado «Tachos», deixava bem claras as diferenças entre os deputados comunistas e ecologistas e os outros, quer em trabalho quer em posturas ou atitudes.

No dia 8, foram distribuídos cravos às jovens almadenses, acompanhados por uma tarjeta relacionada com os direitos das mulheres, bem como por preservativos, também distribuídos a jovens do sexo masculino.

Na manhã do dia 11, jovens

activistas da CDU montaram uma barraca junto à Escola Secundária Romeu Correia, no Feijó, onde se deslocaram juntamente com o candidato Bruno Dias, o deputado que apresentou na Assembleia da República um requerimento sobre as condições daquela escola, onde os alunos partilham o espaço com ratos, pulgas e... uma vacaria.

Em Sintra, para além das visitas, a Juventude CDU voltou as suas acções de campanha para a sexualidade e a Educação Sexual nas escolas, para os direitos dos jovens trabalhadores, a cultura, habitação e ambiente. Um debate assinalou o Dia Internacional da Mulher.



Graffitis à porta do pavilhão: «CDU mais forte»

### Os conselhos da JSD

## Como ganhar eleições sem intenção de cumprir as promessas

A política do PS para a juventude é bem conhecida de todos, após seis anos de Governo. Como é a do PSD? O «Manual do Secundário» da JSD não deixa dúvidas: «A lista deve ser “eleitoralista” e “popular”». Ficam algumas pistas.

A JSD apresenta um «Manual do Ensino Secundário» no seu site da internet, disponível para qualquer utilizador. Lá encontram-se verdadeiras pérolas, que mostram a forma como esta juventude partidária vê a política e como a pratica.

Esta secção do site é dirigida aos militantes da JSD que se queiram candidatar às associações de estudantes do secundário e, além de dar conselhos sobre a imagem ou a legislação, apresenta modelos de documentos como actas ou cartas.

Quando chegamos aos objectivos das eleições para as AEs, são-nos dados três cenários possíveis: a vitória certa, a vitória provável e a vitória improvável. E o que encontramos em relação ao terceiro caso?

«Se assumirmos para nós a eventualidade da derrota (que nunca devemos deixar transparecer), a lista deve ser

“eleitoralista” e “popular”. Assim, tal e qual. E continuam os conselhos: «Os factores da coesão da equipa e da capacidade de trabalho dos seus membros, preferidos no primeiro caso [vitória certa], deverão dar lugar ao prestígio, conhecimento, popularidade e simpatia dos que integram a lista no terceiro cenário, ainda que não possuam qualquer disponibilidade para trabalhar.» Será preciso algum comentário?

### Dizer o que querem ouvir

Outro exemplo, agora referente à campanha, concretamente as linhas orientadoras: «O que a lista pode prometer e o que deve prometer, em suma o que os alunos estão à espera que ela diga, tendo como objectivo principal influenciar o comportamento dos mesmos. Uma campanha

não deve ser orientada apenas para fazer com que os alunos concordem com as propostas da lista, mas fundamentalmente levá-los a votar nela.»

Os requisitos dos candidatos são vários, desde a popularidade à facilidade de expressão. «As figuras eleitoralmente significativas, pela popularidade e com capacidade de trabalho, deverão ser colocadas em órgãos como o Conselho Fiscal ou a Mesa da Assembleia Geral», aconselha a JSD aos seus militantes.

O marketing não é ignorado. «Aproveitar o marketing significa ir ao encontro das preocupações da comunidade estudantil e valorizá-las perante outros factores. Isto é, mesmo que a lista seja fraca em termos culturais, desportivos, etc., os alunos serão influenciados pelas questões que a propaganda ajude a considerar mais importantes. Uma campanha bem feita tem de colocar e utilizar as necessidades dos estudantes para transmitir a sua imagem, mostrando que só a lista as pode satisfazer.» Palavras para quê? Está tudo dito.

● IAB

## Encontro Regional Na CDU, os jovens

Vale a pena votar na CDU pelas propostas apresentadas e pelo trabalho feito. Quem o diz são os jovens que participaram no Encontro Regional, em Évora, no domingo. O *Avante!* falou com alguns deles.

As propostas da CDU e o trabalho desenvolvido nos últimos dois anos pelas forças que a compõem foram o tema central das intervenções do Encontro Regional da Juventude CDU, que teve lugar no domingo, no pavilhão do Rossio de S. Brás, em Évora.

Poucos foram os presentes que dormiram tudo

o que desejavam, muitos deles ocupados na véspera com outras actividades da CDU. Mas isso não foi razão para não participarem na iniciativa. O almoço que fechou o encontro foi, por isso, uma espécie de primeira refeição do dia.

Mas por que se juntou tanta gente? «É muito importante para os jovens

saberem que têm uma palavra a dizer. Na CDU somos ouvidos, de facto», responde Ana Lourido, de 21 anos. «As propostas apresentadas na Assembleia da República também são feitas pelos jovens. Os deputados não estão longe, como acontece nos outros partidos. Os jovens sentem isso. É por isso que acordam cedo, mesmo depois de noitadas, para poderem dizer o que pensam e serem ouvidos.» Ana Lourido estuda em Lisboa porque o curso de Política Social só existe na capital. Esta natural de

Carlos Carvalhas

## «Um voto de construção

«Não estamos na política para ter tachos, mas para alterar a sociedade», afirmou Carlos Carvalhas no Encontro da Juventude CDU. O líder comunista manifestou-se contra a «ideologia individualista e competitiva, os valores do mercado e do lucro» que norteiam actualmente a nossa sociedade. «São ideias que se procuram inculcar, mas não são uma fatalidade», acrescentou.

«Cerca de 24 mil jovens estão no desemprego, outros trabalham sem que os seus conhecimentos sejam aproveitados», afirmou Carlos Carvalhas, lembrando os «licenciados que estão a vender telemóveis, uma profissão digna mas que não corresponde à sua instrução».

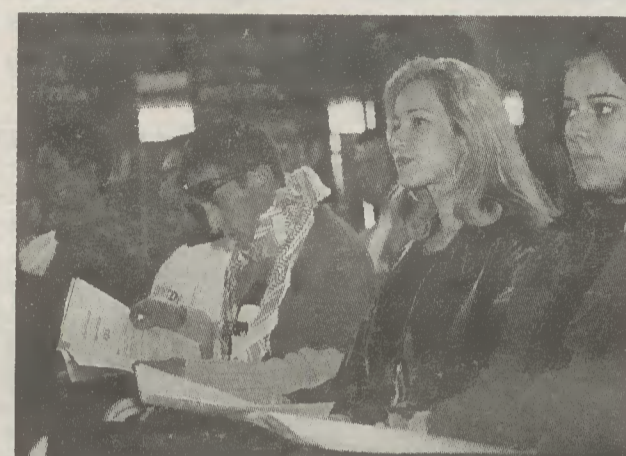
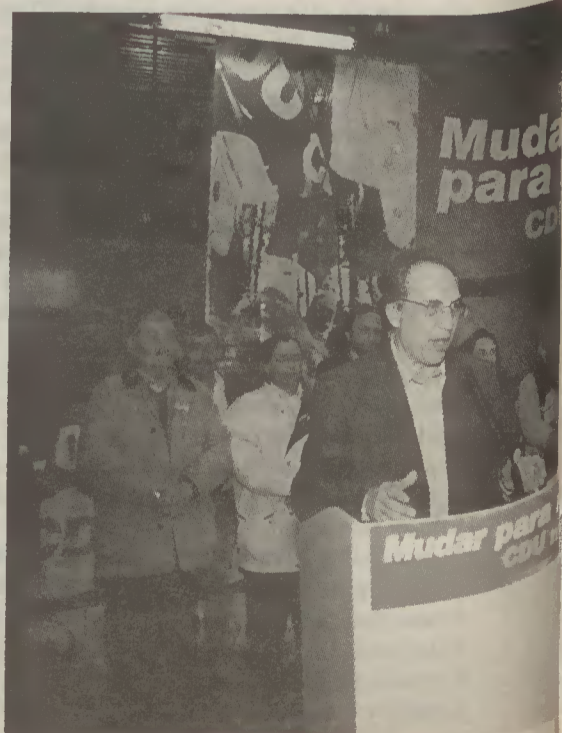
É por tudo isto que Carvalhas apela ao voto na CDU, «um voto de construção e de insubmissão». «Sejam insubmissos, lutem pelos vossos valores. Tomem partido e tenham partido. Exerçam os vossos direitos de cidadãos. Acreditem na política como intervenção social», afirmou.

Esta realidade é conhecida por todos os jovens presentes. Ana Balão, candidata pelo círculo de Portalegre, referiu as «políticas de desemprego», baseadas em factores económicos e que não têm em conta as necessidades dos jovens e do País. «Mas a CDU tem demonstrado que não é impossível alterar estes modelos», declarou.

Mário Rui Peixoto, dirigente da JCP do

Litoral Alentejano, defendeu que «o PS e o PSD têm uma política contrária aos interesses da juventude, muitas vezes apoiados pelo CDS e pelo BE».

«Com mais força, a CDU teria apresentado mais propostas no Parlamento. E o trabalho do PCP e d'Os Verdes vê-se na nossa vida», garantiu, recordando leis como a da



«O trabalho do PCP e d'Os Verdes vê-se na nossa vida», afirmou um participante no encontro

## Juventude, em Évora têm uma palavra a dizer

Évora considera que os governos não têm investido no interior, nomeadamente nas questões do ensino e da habitação. «Muita malta jovem tem-se deslocado para as grandes cidades, as únicas que dão condições aos jovens, mínimas mas melhores do que aqui. O meu curso não existe na Universidade de Évora e muitos jovens que eu conheço também estão a estudar em Lisboa», afirma.

«Tomem partido e tenham partido», apelou Carlos Carvalhas

Para Ana Lourido, a falta de estruturas de ensino é uma das razões da desertificação do Alentejo, paralelamente aos poucos investimentos na área do emprego. «Os jovens vão estudar e acabam por ficar lá a viver, porque não encontram cá emprego.» A habitação é outro problema. «É muito cara. A maioria das casas construídas nos últimos dez anos foi feita pela Câmara Municipal, quando a habitação deve-

ria ser uma prioridade do Governo.»

### Trabalho versus marketing

«Muito marketing e muita demagogia.» É assim que Ana Lourido resume a campanha eleitoral. «Prometem este mundo e o outro, mas nunca vão cumprir. Os nossos deputados prometem o que conseguem fazer. A sinceridade não está presente nos outros partidos. O apelo ao voto na CDU justifica-se pela

honestidade e pela competência dos nossos deputados na Assembleia da República, que têm defendido os interesses dos estudantes e dos jovens trabalhadores.»

Ana recorda algum do trabalho dos últimos anos das forças da CDU: despenalização do aborto, suspensão da revisão curricular, a implementação das 35 horas semanais, o apoio para pais e mães adolescentes estudantes, a pílula do dia seguinte. «São propostas que me levam a votar na CDU», explica.

Esta estudante também conhece a acção dos outros partidos e recorda

a Lei de Ordenamento do Ensino Superior proposta pelo PS, «com tendência para privatizar e acentuando as diferenças entre o universitário e o politécnico. Foi aprovada com os votos do BE», lembra.

Outras propostas foram referidas durante o encontro, como o alargamento da escolaridade obrigatória até ao 12.º ano, a valorização da avaliação contínua nas escolas, o combate ao insucesso escolar, a implementação de programas escolares que melhorem a preparação

dos estudantes ou a suspensão da revisão curricular.

Na área do emprego, o aumento do salário mínimo nacional, o combate ao desemprego e à precariedade do emprego juvenil ou o respeito pelo estatuto de trabalhador-estudante. Noutros campos, o incentivo à compra de casa própria com a promoção de cooperativas, o desenvolvimento obrigatório até ao 12.º ano, a valorização da avaliação contínua nas escolas, o combate ao insucesso escolar, a implementação de programas escolares que melhorem a preparação

## e de insubmissão»

contracepção de emergência, o apoio ao associativismo e a despenalização do consumo de droga.

«Votar na CDU é votar nas aspirações juvenis. Temos de desmistificar a ideia de que a CDU é boa na oposição e não no Governo. Não há partido melhor preparado para isso, há 81 anos ao lado do povo», garantiu.

### Projectos contra desertificação

Cláudia Almeida, de 24 anos, é do Algarve mas estuda em Beja. Futura professora do 2.º ciclo de Matemática e Ciências, conhece bem os problemas abordados durante o encontro.

Quando se fala no trabalho desenvolvido pelas forças que compõem a CDU, Cláudia recorda de imediato que o PCP propôs no Parlamento, no ano passado, a dotação orçamental para a construção de instalações permanentes da Estigma, uma escola em Beja que funciona em pavilhões provisórios. «Mas foi chumbada», lamenta.

Quando terminar o curso, Cláudia vai concorrer aos concursos nacionais e pode ser colocada em qualquer ponto do País, mas gostava de ficar em Beja. «Esse é um dos problemas. Se calhar vou parar ao Porto e um professor do Porto vai parar a Beja. Nos primeiros anos vou andar de um lado para o outro.»

Mas as dificuldades não se ficam por aí. «Se não ficarmos colocados na área que tiramos, temos de arranjar outro emprego qualquer, nem que seja num supermercado ou num café, para conseguir ganhar a nossa vida. Acabarmos a licenciatura não significa que consigamos exercer a profissão para que estudámos», afirma.

## «O PS e o PSD tentam instalar a ignorância no eleitorado»

Numa das filas da frente do encontro está Duarte Guerreiro. Ainda não pode votar, mas não deixa de estar informado e de participar activamente na JCP. Este estudante de 16 anos não hesita em apontar algumas leis propostas pelo PCP como as melhores da última legislatura.

«Como dirigente associativo, destaco as leis do associativismo juvenil que facilitam não só o funcionamento das associações juvenis como também a participação mais activa dos jovens», afirma.

Na sua opinião, o associativismo não é incentivado em Portugal. «Basta ver os subsídios. Para uma associação fazer alguma coisa precisa de dinheiro, mas o IPJ e todas as estruturas governamentais dificultam o acesso aos financiamentos», sustenta Duarte.

Quanto à actuação do Governo, Duarte Guerreiro lembra a proposta de revisão curricular, «em que nenhum estudante foi ouvido». «O grande diálogo do Governo transformou-se num monólogo. Pais, alunos e professores estão contra, já saíram à rua 200 mil estudantes e o que é que aconteceu? Nada. O Governo diz “falamos com vocês, mas não vamos modificar nada”».

Duarte recorda a atitude dos deputados do PS face à proposta de suspensão da revisão curricular apresentada pelo PCP: «Os deputados do PS que iam votar pela suspensão faltaram, não se sabe porquê. Por que é que só esses é que faltaram?», pergunta.

Duarte Guerreiro tem uma opinião muito crítica em relação à campanha eleitoral: «O PS e o PSD têm uma política cada vez mais americana, mais eleitoralista, tentando esconder as outras forças candidatas à Assembleia da República. Ao mesmo tempo, tentam instalar a ignorância no eleitorado ao dizer que há eleições para primeiro-ministro», considera.

E aponta as consequências desta situação. «Cada vez mais há uma bipolarização, afastando outras forças que também são votadas e que têm uma percentagem considerável. A comunicação social também ajuda muito nisto, como vimos com o debate da SIC apenas com dois líderes de partido», afirma Duarte.



Encontro de intelectuais comunistas de Lisboa defende funções sociais do Estado

## Contra manobra em curso

«A luta dos trabalhadores intelectuais é indispensável para um novo rumo da vida política portuguesa. Foi assim no passado na luta contra o fascismo, é assim no presente no combate contra os retrocessos impostos e será assim no futuro.»

Esta afirmação foi feita pelo dirigente, do PCP, Aurélio Santos, no encerramento do debate «Intelectuais com a CDU» que decorreu, no sábado, na Faculdade de Letras de Lisboa, e congregou perto de uma centena de participantes que encheram o anfiteatro 2 daquele estabelecimento do ensino superior.

**Recursos para ensino superior crescem a um ritmo inferior ao da UE**

Entre os méritos da Coligação Democrática apontados pelo responsável comunista destaca-se o facto de a CDU ter representado ao longo do tempo «a única alternativa de esquerda» em Portugal.

O colóquio integrou três painéis que abrangeram as áreas da «Educação, Ciência e Tec-

nologia»; «Artes e Políticas Culturais»; «Ambiente, Urbanismo e Qualidade de Vida». As intervenções foram unânimes em reconhecer que está em curso uma manobra de privatização das funções sociais do Estado, que tendem a ser encaradas apenas numa óptica de lucro, com opções que resvalam sempre para o domínio do privado.

A falta de investimento nas áreas em análise foi outra contestação dos intervenientes, em especial no que respeita ao ensino e investigação científica. Neste domínio, o ensino não superior representa o «parente pobre» da educa-

ção, apesar de também as universidades e politécnicos se queixarem do mesmo.

No extremo estão as escolas do básico e secundário sem regras de financiamento, sem orçamentos próprios e obrigadas a recorrer a «esquemas» para suprirem as necessidades mais elementares.

### Basta de palavras

Como foi dito, em Portugal os recursos destinados ao ensino superior crescem a um ritmo inferior aos dos outros países da União Europeia, tal como o investimento nas novas tecnologias está longe do exigível, num sector essencial para o aumento da competitividade da economia portuguesa. «É que isto não se faz só com bonitas palavras e a administração pública deveria dar o exemplo», disse um interveniente.

A polémica sobre o Euro 2004 que invadiu a campanha eleitoral veio também à baila com alguns a lembrar que por detrás das disputas clubes/autarquias/partidos estão grandes interesses económicos da construção civil e do imobiliário, onde hoje convergem das maiores fortunas.

Um toque optimista foi dado por alguém que sublinhou que os progressos tecnológicos no campo das telecomunicações são de tal ordem que se abre a perspectiva da possibilidade «de todos poderem vir a ser interventores» no processo televisivo, através da transmissão em banda larga.

Durante o Encontro foi apresentado o «Manifesto 2002», da responsabilidade do Sector Intelectual da ORL, e lida uma saudação ao 81.º aniversário do PCP, em que se considera que o Partido ao longo do seu percurso construiu «a certeza de que depois do capitalismo virá outra sociedade, obra e construção da luta dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo: o socialismo e o comunismo».



O Encontro definiu o ensino não superior como «parente pobre» da educação

## Prioridade à CDU

«O mal-estar actual» e «a descrença na acção política e na vida pública» que se vive em Portugal, não se devem, no fundamental, ao sistema político-constitucional, «antes são o produto da sua desfiguração e da «alternância» sem alternativa» entre dois partidos «cada vez mais parecidos», dizem os intelectuais comunistas de Lisboa no «Manifesto 2002» que, a partir do Encontro de sábado, vão distribuir pela população.

Considerando que esta «degenerescência da vida democrática» é provocada por anos consecutivos de política de direita e só terá fim com uma viragem à esquerda, o Manifesto sublinha a necessidade de «dar prioridade» à esquerda, ou seja, «à CDU», e define como prioridades de uma política de esquerda o direito ao trabalho e ao emprego e o direito à cultura.

De facto, para os comunistas, a globalização capitalista e a ideologia neo-liberal ame-

açam, hoje, «em toda a extensão do mundo do trabalho e em todas as áreas de actividade», o direito ao trabalho com direitos e ao emprego de qualidade, o direito ao salário, conquistas civilizacionais alcançadas pelo movimento operário ao longo do séc. XX.

Há, pois, que dar prioridade a uma «política de desenvolvimento social», assente na valorização e nos direitos do trabalho; a uma política que promova a qualidade da Educação pública e o sistema público e universal de Segurança Social, assegure a eficiência e humanização do Serviço Nacional de Saúde.

Relativamente à cultura, os comunistas contrapõem às situações de «desleixo, arrogância e demagogia, senão de mero fachadismo» do Governo, uma política que, nomeadamente, promova o acesso à fruição e criação culturais, faça uma gestão integrada dos bens patrimoniais, estimule a produção artística.

Porto

## CDU «inaugura» centro médico

O candidato da CDU pelo distrito do Porto, Honório Novo, juntamente com outros candidatos, activistas e autarcas da coligação no distrito, procedeu, na segunda-feira passada, à inauguração virtual do Centro Materno-Infantil do Norte, uma velha promessa – não cumprida – do PS. Para a CDU, esta é o «exemplo mais notório e despendorado de promessas por cumprir, quer da parte dos governos do PSD quer da parte dos governos do PS». Prometido por Cavaco

Silva em 1991, coube ao PS estipular uma data-limite para a construção do CMIN, 2001.

Mas o facto da inauguração virtual ter acontecido neste ano, há já muito que a CDU tinha percebido que o centro nunca poderia estar concluído na data prevista. Mais exactamente desde Janeiro de 2000, onde era já claro que o «processo de realojamento dos habitantes dos bairros de Parceria e Antunes, situados nos terrenos onde vai ser construído o CMI

do Norte, não estava ainda concretizado». Nessa altura, ficou ainda claro que, para que estivesse concluído em Março de 2004 (três anos mais tarde do que a data inicial), teria sido necessário iniciar o realojamento em Março de 1999, o que não aconteceu.

Os candidatos da CDU pelo distrito resolveram realizar este acto simbólico para mostrar o seu empenho na «defesa da construção deste centro hospitalar e na defesa da

necessidade de encurtar os prazos previsíveis para a sua conclusão e entrada em funcionamento».

Na nota de imprensa, com que fizeram acompanhar a inauguração, lembraram que os deputados da CDU apresentaram nos últimos anos dezenas de propostas na área da saúde no distrito e que a maioria PS «votou contra todas estas propostas», à excepção de uma que, mesmo aprovada, não teve continuidade prática.



O silenciamento e a discriminação continuam a existir e a gerar protestos. Em Aveiro, o candidato da CDU apresentou-se para participar no debate, que foi cancelado

## Em Coimbra e Aveiro TSF calunia e discrimina

O debate promovido pela TSF, na semana passada, em Coimbra, apenas entre os candidatos do PS e do PSD, causou a revolta de duas dezenas de apoiantes da CDU que, acompanhados do cabeça de lista da coligação, se deslocaram ao local onde o mesmo se realizava, protestando contra o seu carácter discriminatório.

O debate não chegou, porém, a concretizar-se devido a uma interrupção de som e ao clima que, entretanto, se gerou. Aliás, o debate realizava-se afrontando uma recente recomendação da Comissão Nacional de Eleições (CNE) que havia expressamente criticado o facto daquela estação de rádio estar a realizar debates de âmbito distrital apenas com os cabeças de lista do PS e do PSD. Recomendação que a TSF desvalorizou, considerando que as decisões da CNE não eram vinculativas, razão por que não as acatava, designadamente no que respeita à abertura do debate a mais forças políticas.

Os promotores da iniciativa acusaram, entretanto, os apoiantes da CDU de terem sido os causadores da destruição das ligações RDIS e apresentaram, por isso, queixas à Procuradoria-Geral da República, à Alta Autoridade para a Comunicação Social e à Comissão Nacional de Eleições.

A Coordenadora distrital da CDU contesta vivamente a acusação e, de acordo com a nota que emitiu a propósito destes acontecimentos, garante que os seus apoiantes estiveram sempre numa sala do Hotel separada da sala onde decorria o debate, pelo que não tinham qualquer contacto com equipamento da TSF.

Trata-se, portanto, segundo a CDU, de uma acusação «inteiramente falsa e caluniosa» que, proferida em plena campanha eleitoral, constitui «uma deliberada provocação» contra aquela força política, pela qual os responsáveis daquela estação de rádio terão de responder em tribunal.

### Aveiro

Também em Aveiro, a coligação acusou a estação de ter cancelado o debate «para não dar voz à CDU». Esta acusação foi feita pelo cabeça de lista pelo círculo de Aveiro, Joaquim Almeida, quando este se apresentou para participar no debate, para o qual não havia sido convidado.

A decisão da TSF de não convidar o representante da CDU já tinha, aliás, merecido da Comissão Nacional de Eleições (CNE) a deliberação de não ser «admissível (para além de ser violador do princípio legal da igualdade de todas as forças políticas) que a referida estação de rádio ignore pura e simplesmente a existência de outros partidos ou coligações, como que varrendo estes do universo eleitoral».

Perante a insistência do candidato da CDU em participar no debate, a TSF cancelou o mesmo. Dirigindo-se às dezenas de apoiantes concentrados no local, Joaquim Almeida tornou claro que «este desfecho não significa a vitória do pluralismo, mas sim a continuação, por outra forma, do silenciamento da CDU», porque não é intenção da CDU calar a voz a ninguém e impedir a discussão das ideias e propostas para o distrito. Mas a participação da CDU iria trazer para o centro do debate «os problemas que os outros não estão em condições ou não querem discutir – os baixos salários de largos sectores de trabalhadores do distrito e a cada vez mais injusta distribuição da riqueza».

## LISBOA PCP recebe Vigilantes da Natureza

Uma delegação do PCP, constituída por Américo Costa e Paulo Trindade, recebeu, na semana passada, no Centro de Trabalho da Soeiro Pereira Gomes, uma delegação da Associação Portuguesa de Guardas e Vigilantes da Natureza, com quem abordou problemas socioprofissionais e do ambiente e questões relacionadas com o Instituto de Conservação da Natureza.

## PORTO Reforçar Área Metropolitana

Honório Novo, cabeça de lista da CDU pelo círculo eleitoral do Porto, defendeu, na terça-feira, a eleição directa da Assembleia Metropolitana do Porto, em eleições autárquicas, e o reforço das atribuições, competências e orçamento dos órgãos metropolitanos. O candidato da CDU lamenta a falta de capacidade financeira e decisória das áreas metropolitanas e defende a transferência para as mesmas de áreas como Ambiente, ordenamento do território, recursos hídricos e transportes (através de criação da Autoridade Metropolitana de Transportes).

Segundo a Agência Lusa, Honório Novo garantiu, relativamente às comissões de coordenação regional, que vai «insistir» na Assembleia da República com o projecto da sua substituição por institutos regionais que permitam às autarquias uma «capacidade de intervenção eficaz» e não apenas consultiva, como hoje acontece.

## AVEIRO Sindicalistas com a CDU

Joaquim Almeida, cabeça de lista da CDU pelo círculo eleitoral de Aveiro, visitou, na segunda-feira, o Centro de Saúde da Feira, onde dialogou com os utentes, a quem também distribuiu um documento de propaganda da coligação. O candidato da CDU, que se encontrava acompanhado de Antero Resende, afirmou não ser a primeira vez que a CDU intervém relativamente a questões de saúde no concelho da Feira e, referindo a acção de protesto levada a cabo em Agosto, em S. Paio de Oleiros, lembrou que já então a CDU reclamava a abertura do SAP, prometida depois do encerramento do Hospital, e denunciava o facto de o Posto Médico funcionar só com dois médicos.

Entretanto, um texto de apoio à candidatura da CDU, a circular no distrito de Aveiro, recolheu a adesão de mais de uma centena de dirigentes, delegados e activistas sindicais.

## SANTARÉM Requisição abusiva

Os vereadores da CDU na Câmara Municipal de Santarém denunciaram, na segunda-feira, a participação de funcionários do município na campanha eleitoral do PS em horário laboral. José Marcelino, também administrador dos Serviços Municipalizados, questionou concretamente, segundo a agência Lusa, a requisição pela Câmara de um dos funcionários daqueles serviços, na semana passada, quando afinal ele foi visto na rua, com outro funcionário da autarquia, a distribuir propaganda eleitoral do PS.

# Sector da Justiça — novas ameaças

**E**mbora recorrente, ou talvez por isso mesmo, não deixa de ser preocupante a tendência de o poder político interferir com a independência do poder judicial e dos magistrados. O regime democrático constitucional tem sabido conjurar esse perigo. A breve prazo, tudo indica, será de novo chamado a fazê-lo.



José Neto  
Membro  
da Comissão  
Política

Vem isto a propósito do programa eleitoral do PSD para a área da justiça, e que está a gerar fundadas apreensões e protestos por parte dos profissionais do foro, quer os advogados e respectiva Ordem quer os magistrados, sobretudo entre o Ministério Público.

O programa do PSD propõe, de uma assentada, nada mais nada menos do que «a ampliação dos poderes de intervenção do Ministro da Justiça nas actividades de investigação criminal»; «a redefinição dos limites da autonomia do M. Público e a sua relação com o M. da Justiça»; «o reforço da legitimação

Mas é igualmente um facto que o processo de revisão ordinária se inicia já no próximo mês de Setembro.

### Propostas com história

Mesmo para os mais leigos na matéria, salta aos olhos que o que é proposto é de extrema gravidade e significaria, a ir por diante, uma profunda alteração do nosso sistema político, já que poria em causa, quer a separação e interdependência dos órgãos de soberania, quer a independência dos tribunais, ambas consignadas expressamente nos arts. 111.º e 203.º da Constituição da República.

Mais grave se torna, ainda, se nos lembrarmos, e o PSD sabe-o bem, que essa separação e interdependência, bem como a independência dos tribunais, constituem princípios e matérias que as leis de revisão constitucional terão de res-

peitar e que a Constituição taxativamente enumera nas alíneas j) e m) do art.º 288.º (limites materiais de revisão).

Estas propostas, embora nunca tenham ido tão longe, têm uma história. E é oportuno recordar que, há dois anos, no auge de uma anterior ofensiva da direita contra os tribunais e os magistrados e contra o Procurador-Geral, Cunha Rodrigues, o PSD propunha precisamente uma nova revisão (antecipada) da Constituição. E para quê? Exactamente para reforçar os poderes do M. da Justiça no sistema judicial, para modificar a forma de nomeação e o estatuto do PGR, para alterar de novo o

modelo de investigação criminal e concretizar o princípio da oportunidade penal.

Está fora de dúvida, assim, que o programa do PSD para a justiça é um verdadeiro programa de revisão da Constituição.

### Perversão inaceitável

Um dos mais graves, senão o ponto mais grave desse programa é, como se diz atrás, «o alargamento dos poderes de intervenção do MJ nas actividades de investigação criminal», o que configura uma perigosa e inaceitável governamentalização da justiça.

A ser consagrada essa medida, ela poderia vir a traduzir-se na definição, genérica, pelo ministro, das prioridades a adoptar na investigação, consoante a importância e a gravidade das causas e casos penais - é o princípio da oportunidade penal, que a Constituição não adoptou.

Todavia, a perversão desse princípio poderia conduzir a que o M. Público, titular da acção penal, e «redefinidos os limites da sua autonomia» (leia-se, mais vinculado ao MJ, mais funcionalizado) ficaria sujeito ao arbítrio e pressão governamentais. Poderia conduzir a situações em que o ministro viesse dar ordens para meter tal ou tal processo na gaveta, dependendo da pessoa ou pessoas a investigar.

Tal cenário, de uma gestão política da justiça (ou de uma justiça politizada) constituiria um retrocesso no Estado Democrático de Direito, que nos transportaria para o tempo antes do 25 de Abril, que em termos de justiça era o que se sabe.

Seria um passo de gigante na acentuação de uma justiça de classe e na manutenção da impunidade e privilégios dos poderosos.

Uma última nota. Do programa de governo do PS, em Outubro de 1999, constava, na página 120: «introduzir critérios de oportunidade em matéria de investigação criminal, mediante a definição (...) de prioridades a adoptar na investigação». Esse princípio desapareceu, pura e simplesmente, do actual programa. Alguém saberá explicar? Estejamos atentos e vigilantes.



## Por todo o País

Em **Alcobaça**, o aniversário do PCP foi assinalado com um concorrido jantar, antecedido por «um extenso contacto com a organização concelhia e amigos do Partido», como explicou o camarada Caetano, da Comissão Concelhia, numa intervenção em que deu conta do trabalho de reforço orgânico em curso no concelho.

Depois de Rogério Raimundo ter prestado uma informação sobre a situação autárquica e iniciativas tomadas pela CDU, interveio Rui Fernandes, do Secretariado do CC, que lembrou o facto do Partido comemorar «os seus 81 anos no quadro de uma intensa batalha política, mais uma no mar de batalhas travadas ao longo de todos estes anos nas mais adversas condições e situações».

«Porque defendemos o que defendemos, não cessam os ataques, as falsificações e as deturpações, não cessam as discriminações e exclusões», acusou este dirigente, referindo as discriminações de que o PCP e a CDU têm sido alvo com a exclusão dos seus candidatos em muitos dos debates realizados no âmbito da campanha eleitoral.

Relativamente à política dos últimos seis anos, Rui Fernandes deixou claro que «o problema de uma viragem à esquerda (...) não está no PCP mas no PS, na sua política, nas suas opções». E apelando ao empenhamento dos militantes, garantiu que «depois do dia 17, a luta por uma sociedade mais justa, a luta contra esta globalização desumana, continua e continuará, assente nos valores e princípios que fizeram com que hoje comemoremos 81 anos e que fizeram e fazem com que milhões de explorados de todo o mundo reclamem uma nova ordem internacional mais justa e mais fraterna. O melhor da história do Partido está para vir».

### Almeida

Em Almeida, a organização local promoveu um jantar que juntou quatro dezenas de convivas e contou com a participação de Luísa Araújo e de João Abreu, cabeça de lista da CDU no distrito da Guarda, que valorizou o trabalho do Grupo Parlamentar do PCP na defesa dos interesses do distrito e aprofundou as propostas da CDU para o desenvolvimento integrado do distrito.

Luísa Araújo dedicou a sua intervenção à vida e luta do PCP. «Em momentos diferentes, com realidades diferentes, o nosso Partido tem encontrado as respostas necessárias», disse, sublinhando o facto de o Partido ter encontrado essa resposta «a partir da sua natureza de classe, da sua identidade, da sua organização, da profunda ligação aos trabalhadores e ao povo, correspondendo aos seus anseios, com a participação dos militantes na discussão, na análise, na definição das orientações para cada momento e situação».

### CT da Soeiro

Também no Centro de Trabalho da Soeiro Pereira Gomes se comemorou o 6 de Março, como, aliás, todos os anos acontece. Este ano, a data foi assinalada com um almoço que juntou cerca de centena e meia de camaradas e decorreu com grande animação.

Coube a Aurélio Santos, da Comissão Central de Controlo, proferir algumas palavras alusivas à passagem de oito décadas sobre a fundação do PCP e ouvidas atentamente. Uma intervenção que não escondeu problemas nem minimizou obstáculos mas que teve como nota mais saliente a grande confiança dos comunistas no futuro do seu Partido.

### Suíça

Também em Boudery, na região de Neuchâtel, a organização do PCP promoveu, no sábado passado, um jantar comemorativo dos 81 anos do PCP, em que participaram cerca de 50 pessoas.

O convívio e a fraternidade marcaram ali encontro. Manuel Alho, do organismo de direcção nacional, interveio para abordar a história do PCP que marcou muitas gerações de comunistas. Falando, ainda, sobre o momento político actual, Manuel Alho salientou a importância do voto na CDU e do seu reforço para que tornar possível uma verdadeira política de esquerda em Portugal.

Por sua vez, a camarada São Belo, membro do organismo de direcção nacional, fez uma intervenção sobre o dia mundial da mulher.

No próximo sábado, o aniversário do Partido será, também, assinalado em Thun, com um jantar que terá a participação de Manuel Beja, candidato da CDU pela Europa, e de Manuel Alho.

Organizações prosseguem, por todo o País, as comemorações do 81.º aniversário do PCP

# Um Partido de projecto

**A actividade do Partido foi marcada, na semana passada, por inúmeras iniciativas promovidas pelas organizações locais para comemorar do 81.º aniversário do PCP.**

No distrito de Santarém, por exemplo, iniciativas diversas juntaram cerca de 1300 militantes. Entre estas, destaca-se o jantar de Benavente, realizado no próprio dia 6 de Março, que reuniu cerca de 300 convivas e contou com a participação do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.



No jantar em Benavente

António José Ganhão, presidente da Câmara Municipal de Benavente, presidiu ao jantar cuja animação foi, a determinada altura, interrompida para dar lugar a um momento político.

Para além de Carlos Carvalhas, intervieram João Paulo, da JCP, e Luísa Mesquita, candidata da CDU pelo círculo eleitoral de Santarém, que aprofundou a situação do distrito, resultante da política de direita, e desenvolveu as propostas da CDU, particularmente nas áreas do desenvolvimento económico, do ensino e da saúde.

Em Almeirim, o aniversário do PCP foi assinalado com um jantar, realizado na sexta-feira, com a participação de José Casanova, membro da Comissão Política e candidato pelo distrito de Santarém.

Também, no sábado, três almoços marcaram no Couço, em Salvaterra de Magos e em Alpiarça a passagem do aniversá-

rio do PCP, o primeiro dos quais juntou mais de 200 pessoas e contou com a participação de José Casanova e de Diamantino Ramalho, membro da Concelhia de Coruche, da Comissão de Freguesia do Couço e presidente da Junta de Freguesia do Couço.

Em Salvaterra de Magos, o

almoço reuniu mais de duas centenas de militantes e amigos do PCP, nele participando Vasco Feijão, candidato da CDU que interveio sobre a batalha eleitoral, e Sérgio Ribeiro,

membro do Comité Central e candidato da CDU, que aprofundou as possibilidades eleitorais no distrito e a necessidade do reforço da CDU.

O almoço de Alpiarça, por sua vez, contou com uma centena de participantes, entre os quais a candidata Luísa Mesquita que valorizou a localização geográfica e as potencialidades naturais e humanas do distrito que, em sua opinião, «precisa

de opções políticas que sustentem uma opção estratégica global de desenvolvimento e combatam as assimetrias que existem em áreas como a rede viária, a saúde e a educação».

### Um Partido com história

Santarém, Golegã e Entroncamento/Barquinha foram igualmente palco, no domingo passado, de almoços comemorativos do aniversário do PCP que juntaram, no total, cerca de meio milhão de participantes. O primeiro com a participação de Filipe Neto, membro da JCP e candidato da CDU, e de Luísa Mesquita; o segundo com a de

Sérgio Ribeiro que interveio sobre o significado e o papel do Partido na sociedade e abordou questões eleitorais, referindo, nomeadamente, as possibilidades do reforço da CDU no distrito.

### Eleições legislativas marcaram presença no aniversário do PCP

No Entroncamento, Mário Eugénio, candidato independente pela CDU, valorizou o trabalho de unidade do PCP e da CDU e a forma envolvente como os candidatos têm sido chamados a participar na definição das linhas de trabalho da campanha.

Luísa Araújo, membro da Comissão Política, presente neste almoço, falou sobre a história de resistência e de luta do PCP contra o fascismo e na criação de condições para a Revolução de Abril. De um Partido que é, simultaneamente, «partido do presente e do futuro».

Reafirmando o PCP como um Partido «de luta e de projecto para a sociedade», a dirigente comunista considerou que o PCP tem uma «história apaixonante», feita «de conhecimento, de experiência, de luta e de proposta». Uma história de «resistência e dificuldades» mas enfrentada «com determinação e confiança».

### Aveiro

## Firme nos princípios

Mais de duas centenas de pessoas participaram, este fim-de-semana, nas comemorações do aniversário do PCP, realizadas em Ovar, Aveiro e S. Paio de Oleiros - Santa Maria da Feira, com a participação de Joaquim Almeida, candidato da CDU, e de Armindo Miranda, da Comissão Política, Albano Nunes, do Secretariado, e João Frazão, do Comité Central, respectivamente. A iniciativa de Vale de Cambra teve a participação do candidato Fausto Neto e de Ângelo Alves, do Comité Central.

Em Aveiro, Albano Nunes, afirmou que, contrariando sentenças de morte, o PCP é «um grande partido, com um importante papel a desempenhar no presente e no futuro» porque, apesar de muitas vezes aliciado com a possibilidade «de abandonar a luta e as suas causas e valores, para uma pretensa aproximação ao poder», nunca claudicou, «mantendo-se fiel aos seus princípios e ideais, com regras livremente aceites e com uma vida democrática ímpar».

Joaquim Almeida, por sua vez, denunciou as discriminações de que a CDU tem sido alvo e apontou a necessidade de todos os activistas da CDU participarem no esclarecimento de amigos e conhecidos.

Joaquim Almeida diz, ainda, que tendo em conta que se vai eleger 15 deputados por Aveiro e que o PS tem 7, o PSD tem 6 e o PP tem 2, «se qualquer um deles perder um para a CDU, o distrito nada perde com isso e fica a ganhar uma voz».

### ▼ CAMARADAS FALECIDOS

#### António José Rodrigues Cabaça

Faleceu, no passado dia 6 de Março, vítima de doença prolongada, o camarada António José Rodrigues Cabaça. O camarada estava organizado na Freguesia de Aldeia de Paio Pires.

#### Armando Pacheco Magalhães

Faleceu o camarada Armando Pacheco Magalhães, com 53 anos de idade. Destacado militante comunista, foi um exemplo de dedicação ao Partido e à luta pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores portugueses. Estava actualmente organizado na Organização de Campanhã, Porto. Serralheiro de profissão, era reconhecido na freguesia e na zona da Presa Velha como pessoa séria e estimada por todos com quem conviveu.

#### Fernando Rodrigues da Silva

Faleceu, no dia 1 de Março, o camarada Fernando Rodrigues da Silva, de 62 anos de

idade. Foi membro destacado da célula da Petroquímica (actualmente Gás Lisboa), onde trabalhava. Foi delegado sindical e membro da Direcção do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Centro, onde desempenhou várias funções, incluindo a de coordenador. Colaborou activamente no processo de fusão do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Centro com o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Sul e com o Sindicato da Indústria e Comércio Farmacêuticos, que deu origem ao actual SINGUIFA - Sindicato dos Trabalhadores da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás do Centro, Sul e Ilhas, de cuja direcção fazia parte. Pertenceu, também, à direcção da Federação daqueles Sindicatos - FEQUIFA - da qual, após fusão com a Federação dos Sindicatos da Metalurgia, viria a nascer a actual FEQUIMETAL, que ajudou, portanto, a construir e de cuja direcção fazia parte. Fazia igualmente parte da Mesa da Assembleia Geral da Associação Douradores.

#### Francisco Manuel da Silva Melrinho

Faleceu, no passado dia 2 de Março, o camarada Francisco Manuel da Silva

Melrinho, funcionário público. Estava organizado na freguesia de Santiago do Cacém, localidade de Marmelos.

#### Veríssimo de Carvalho Sim Sim

Faleceu, no dia 1 de Março, com 90 anos de idade, o camarada Veríssimo de Carvalho Sim Sim. Militante comunista desde 1934, esteve preso nas cadeias de Caxias e de Peniche, respectivamente entre 1937/38 e 1938/41. Foi delegado sindical do sindicato dos químicos. Foi fundador do MURPI, assim como do CURPI da Pontinha. Foi, ainda, fundador da Associação de Moradores da Quinta das Pretas, Famões. Fez parte da Comissão Administrativa da Junta de Freguesia de Odivelas, após o 25 de Abril. Estava actualmente organizado na Comissão de Freguesia de Famões.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

## Bento Gonçalves A Terra gira!

O primeiro centenário do nascimento de Bento Gonçalves foi assinalado dia 9, em Montalegre. Com diversas iniciativas. Homenagem e animação cultural.

Várias dezenas de pessoas participaram na sessão solene, de homenagem a Bento Gonçalves, realizada, à noite, no Salão Nobre dos Paços do Concelho e que contou com uma intervenção de Jaime Serra e um momento cultural com o grupo «Luís Portugal Trio» e a orquestra da Escola Preparatória de Montalegre.

As comemorações tinham tido um primeiro momento, com o descerramento de uma lápide na Rua Bento Gonçalves, a que se seguiu a colocação de uma coroa de flores no monumento erigido em Fiães do Rio.

Uma iniciativa da Câmara Municipal de Montalegre, saudada por Jaime Serra, na sua intervenção na sessão solene como «um acto cultural e político de grande significado e nobreza».

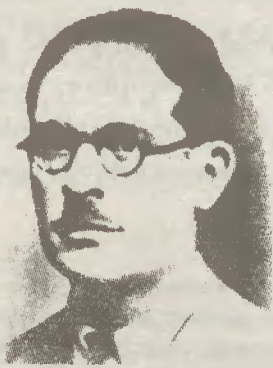
### A importância da iniciativa

«Que faça o tribunal o que entender. Quanto a mim, mantenho-me nesta convicção: a Terra gira!»

Jaime Serra destacou ainda a importância e necessidade deste tipo de iniciativas, «dado que vastas camadas da nossa juventude, por razões que lhe são estranhas, têm andado arredadas do conhecimento do nosso passado político recente».

E lembrou que «a vida de Bento Gonçalves é um exemplo de dedicação e de total entrega à luta em defesa dos interesses do povo português, dos trabalhadores e, em particular, da classe operária a que pertencia».

Uma total entrega como cidadão e dirigente sindicalista, como revolucionário, militante e dirigente do PCP, «na luta por um ideal de vida e por uma forma de sociedade em que acreditava, capaz de pôr fim às enormes e gritantes desigualdades sociais em que



vivemos e que então existiam ainda mais agravadas».

Após esboçar uma breve síntese da biografia de Bento Gonçalves, Jaime Serra considerou que, num momento em que se procura denegrir «a imagem dos políticos e da actividade política, metendo tudo no mesmo saco», o exemplo de Bento Gonçalves «impõe-se como um desmentido vivo à tentativa de generalizar essa falsa apreciação dos políticos e da actividade política».

A terminar recordou palavras de Bento Gonçalves perante o tribunal fascista que em 1936 o condenou: «O tribunal vai ditar a sua sentença. Que faça o tribunal o que entender. Quanto a mim, mantenho-me nesta convicção: a Terra gira!»

## Dez anos de Espaço português

O programa radiofónico *Espaço português*, destinado aos emigrantes na Suíça, comemora o seu 10.º aniversário, com um espectáculo a realizar, no próximo dia 23 de Março, em Zurique, no Hotel Spirgarten. As comemorações terminam dia 27 de Abril, com uma emissão especial de seis horas, em directo de várias colectividades portuguesas na região de Zurique.

O programa radiofónico *Espaço português* iniciou as suas emissões regulares no dia 25 de Abril de 1992, na Rádio Lora, em Zurique, como homenagem à revolução de Abril.

Nasceu com base no esforço conjunto de activistas do movimento associativo e sindical e da cooperativa Rádio Lora. Estava-se numa fase de consolidação da comunidade

portuguesa e a ideia de um programa de rádio em português ia ganhando crescente adesão.

O objectivo era, e é, apoiar a integração dos emigrantes e a promoção da língua e cultura portuguesa. Um espaço radiofónico que visa ser um programa aberto à problemática sociocultural de Portugal e da Suíça.

Inicialmente, as emissões foram asseguradas por um grupo de colaboradores sem qualquer experiência de rádio, motivados pela paixão da descoberta do mundo da rádio. E foi assim, desenvolvendo em simultâneo uma actividade contínua de formação técnica, que se conseguiu manter, durante dez anos de actividade contínua, as emissões semanais na Rádio Lora.

No Kanal K, a equipa do

*Espaço português* faz parte da fundação de uma grelha de programas para as comunidades migrantes englobando 31 nacionalidades diferentes. Dia 11 de Abril de 1997 lançou-se mais uma hora semanal na Rádio Kanal K, em Arau.

Os encargos financeiros do *Espaço português* são suportados pelos seus membros e por alguns apoios voluntários dos ouvintes. Nunca foi concedido, apesar de solicitado, qualquer apoio das entidades oficiais portuguesas.

Hoje, e nestas comemorações simbólicas – 10 anos na Rádio Lora, 5 anos no Kanal K – o *Espaço português* procura dar novo impulso à continuidade do programa, encarando seriamente o seu alargamento e pensando na renovação, dando lugar aos novos.

Penacova

## Costumes «antigos»

A campanha da CDU em Penacova continua a ser sistematicamente destruída, provocando a indignação dos apoiantes daquela coligação.

Na terça-feira, o mandatário concelhio da CDU, Eduardo Fonte Pereira, divulgou mesmo um comunicado à população onde adverte os partidos adversários para a necessidade de educarem os

seus «arrancadores de propaganda» no sentido de respeitarem a lei e a democracia.

Constituída por uma equipa que tem grangeado «larga simpatia junto das pessoas», a CDU de Penacova «vive dos próprios meios». Assim, como não possui recursos para «alugar carros e pagar jovens», é-lhe exigido, para fazer propaganda, «um

esforço muito superior ao de outras forças políticas», conclui o mandatário da CDU, pedindo a «certos partidos» que deixem de «fazer uso» de alguma «rapaziada - velha de atitudes e comportamentos, embora, por vezes, de tenra idade», a quem nem sequer «se lhe pode atribuir a responsabilidade civil e criminal».

## Isto vai, meus amigos, isto vai...

Manuel Rodrigues

O Partido Comunista Português comemora este ano os seus oitenta e um anos de vida, em pleno período de uma importante campanha eleitoral, ou seja, na efervescência de um processo que vai marcar (positiva ou negativamente) a vida política portuguesa nos próximos anos. Também em Viseu, no último domingo, as comemorações deste aniversário do Partido, juntaram num almoço quase centena e meia de militantes e amigos do Partido, numa iniciativa que foi também um momento alto da campanha da CDU neste distrito. Digamos que, no processo empolgante que constitui a sua História, não raras vezes dedicou já o PCP muitos dos seus esforços e energias às batalhas eleitorais. Mas, por força do galopante processo de descaracterização do nosso regime democrático, esta é uma circunstância que torna ainda mais exigente o trabalho de mobilização de todos os comunistas e de outros democratas para a presente campanha eleitoral.

O voto na CDU é um grande contributo para a derrota da escalada agressiva das políticas de direita (de braço de ferro, de braço direito, de braço duro, tanto faz...) responsáveis pelo quadro complexo da actual vida política portuguesa.

Com esta nota pretende-se dar conta de um momento especial na vida do nosso Partido e do modo participado como tem decorrido a comemoração do seu 81.º aniversário, o que é bem o testemunho da maneira como todos nós (e muitos outros democratas) continuamos a considerar o seu inigualável percurso histórico e o seu empenhado envolvimento na luta (de classes) que se confunde com a própria História do povo português dos últimos oitenta e um anos.

A batalha eleitoral em que estamos envolvidos, de facto, não pode deixar de mobilizar a atenção e o empenhamento de todos quantos acham que a política de direita que nos tem (des)governado (pelos braços do PSD e do PS, e sempre que necessário com o apoio solícito do PP) é a causa exclusiva do pantanoso estado a que o país chegou: a destruição ruínosa da maior parte do sector público do nosso aparelho produtivo, a perigosa redução das margens da nossa soberania (ao nível político, social, cultural e económico), a investida contra os direitos gerais dos trabalhadores, são apenas alguns exemplos do estado de calamidade social e política a que chegámos. Ora, a alternativa que vamos ter pela frente nestas eleições, é entre a continuidade e aprofundamento desta política, resvalando cada vez mais para situações de autêntica ditadura dos grandes interesses do capital nacional e transnacional (que hoje detém já importantes instrumentos de comando da nossa economia) sobre os trabalhadores portugueses (e o povo em geral), e uma

outra via, – materializável numa verdadeira política de esquerda – impossível de alcançar sem o reforço da CDU.

Nesta campanha, são já muitos os sinais dados pelo PS, PSD e PP do tipo de política que nos esperaria, caso, sós ou coligados, viessem a obter as maiorias que ambicionam: congelamento de salários, designadamente na Administração Pública, despedimentos, alteração da legislação laboral, privatização de empresas públicas (as que restam da grande farra privatizadora), repressão de direitos e liberdades (para que precisa Portugal de um governo com mão de ferro? Para que serve o braço direito de Portugal? Para que querem, PS e PSD, maiorias absolutas? Por que reclama o patrão da SONAE as caras dos ministeriais do PS e do PSD? Por que se empenham alguns órgãos da comunicação social (com especial destaque para a SIC e a TSF) em «vender» a ideia de que estas eleições se travam entre dois partidos e se destinam à escolha do Primeiro-Ministro e não à eleição dos 230 deputados da Assembleia da República? Quem comanda tudo isto? A quem pode interessar a desinformação (ou mesmo a deturpação e a mentira)? Parafraseando Bertolt Brecht, poder-se-ia dizer que:

*O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa nos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo de vida, o preço do pão, do peixe, da carne, da renda de casa, dos sapatos e dos medicamentos dependem das decisões políticas. O analfabeto político é tão burro que se orgulha e se gaba, dizendo que odeia a política. Não sabe o imbecil que da sua ignorância política nasce a prostituta, o menor abandonado, o assaltante e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, malandro, corrupto e lacaio das empresas nacionais e internacionais.*

(Adaptado de BERTOLT BRECHT)

A História do PCP confunde-se com a História das lutas do povo português dos últimos oitenta e um anos. Nas suas páginas, incluem-se memórias da resistência, a gesta heróica dos muitos combates por um Portugal livre, democrático, justo, desenvolvido e independente, as lutas pela paz e pelo socialismo, a solidariedade com a luta dos trabalhadores e dos povos oprimidos do mundo. Nas lutas do presente (em que se inclui, naturalmente, esta batalha) estamos já a construir o futuro. Até 17 de Março, este é o nosso grande desafio. Depois daquela data, a única certeza que temos é que a luta continua. E, com ela e com os trabalhadores, também o Partido Comunista Português. Apetece evocar o poeta comunista Ary dos Santos: «Isto vai, meus amigos isto vai...»



## CPPC adere a campanha internacional

O Conselho Português para a Paz e Cooperação - CPPC decidiu associar-se à campanha internacional com vista à constituição de um comité que investigue o envolvimento de Ariel Sharon em crimes de guerra contra a humanidade.

A face visível da campanha é uma petição que será entregue a Mary Robinson, Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

O documento pode ser subscrito on-line -

www.petitiononline.com/warcrime/petition.html. As adesões poderão igualmente ser enviadas para o CPPC via fax, telefone ou mail.

O documento invoca os princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem e resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas e do Conselho de Segurança e exige justiça em nome das vítimas dos massacres nos campos de refugiados de Sabra e Shatila, em 1982, no Líbano.

## Assembleia Geral do MURPI

O MURPI - Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos, vai realizar a sua Assembleia Geral no próximo dia 23 de Março, no Salão da Junta de Freguesia de Alcântara.

Na Assembleia - que irá decorrer entre as 10 e as 16 horas - serão discutidas as propostas e reivindicações dos reformados e idosos, representados a nível nacional.

## Em defesa do SNS

Em reunião de 11 de Março, o Secretariado das Comissões de Utentes da Península de Setúbal, analisou o actual momento, no âmbito da saúde, e na perspectiva da realização próxima de eleições.

Assim, na sequência de algumas reuniões com as forças políticas e analisadas as suas propostas, o Secretariado das Comissões de Utentes de Setúbal decidiu apelar ao voto de todos para as eleições de 17 de Março, sublinhando a importância do voto numa força política que defenda «um Serviço Nacional de Saúde público, tendencialmente gratuito e universal».

Em nota de imprensa, o Secretariado das Comissões de Utentes de Setúbal considera que o próximo Governo deve «apontar como urgência, novas e mais adequadas formas de gestão para o SNS». Reitera que o SNS deveria ser melhorado «aproveitando a capacidade instalada e rejeitando todas as propostas que visem a sua desarticulação e esvaziamento». Recusa que «as verbas do orçamento na área da saúde sejam entregues a grupos financeiros privados».

## Deco alerta

A Deco considera que três estações do metro de Lisboa - Baixa Chiado, Marquês de Pombal e Alameda - deveriam ser encerradas temporariamente por falta de segurança.

Em causa está a ausência de condições «para uma situação de emergência».

Depois de uma avaliação a 12 estações, a Deco aponta como falhas a inexistência de portas corta-fogo, a escassez de chaminés para evacuar o fumo para o exterior e de extintores. Em conferência de imprensa, em que estes resultados foram divulgados, a associação sublinhou os riscos de incêndio, a falta de ventilação e o facto de as novas barreiras de entrada e saída para o metro impedirem, em caso de incêndio, uma evacuação eficiente.

## ESE de Lisboa impõe empréstimo

Os professores e educadores de infância que frequentam os Cursos de Complemento de Formação na ESE de Lisboa foram confrontados com a «imposição» de assinatura de um acordo a estabelecer com a ESSE, em que se comprometeriam a pagar propinas, de que estão isentos.

O SPGL, desde o primeiro momento, contestou esta actuação da ESE por considerar que se trata de uma hipoteca de direitos adquiridos destes professores e educadores, o direito à isenção de propinas.

Em reunião com estes docentes decidiu-se fazer um abaixo-assinado contestando esta actuação e solicitando intervenção na resolução do problema financeiro da ESE, que seguiu para o ME.

Entretanto, a ESE concretizou as suas ameaças, o que levou o SPGL a apoiar juridicamente os seus sócios, a quem foram negados os tais actos académicos, para que seja reposta a legalidade porque a isenção de propinas é um direito adquirido que não pode nem deve ser hipotecado.

## Almada contra co-incineração

A Assembleia Municipal de Almada decidiu expressar um veemente protesto relativamente ao início dos testes de queima de resíduos perigosos no Parque Natural da Arrábida, reclamar a suspensão imediata dos testes e reiterar o seu protesto quanto à implementação da co-incineração no Parque natural.

A Assembleia manifesta ainda o seu apoio ao Movimento Cidadãos pela Arrábida e aos cidadãos da região na sua intervenção «pela preservação da integridade ambiental do Parque natural da Arrábida».

A Assembleia Municipal de Almada defende a necessidade de definição de uma política para os resíduos industriais que tenha por princípio básico «um sistema de gestão de resíduos sustentável, a prevenção da sua produção, bem como a sua redução, reutilização e reciclagem».

Considera ainda a necessidade de «avaliações participadas dos impactes de cada uma das modalidades de tratamento de resíduos industriais e que acompanhem a evolução tecnológica».

8 de Março assinalado por todo o País em defesa da igualdade e dos direitos

# É hora de igualdade

**Neste 8 de Março, assinalado um pouco por todo o País, foi hora de lembrar que as discriminações continuam a ser uma realidade e persistem problemas graves que estão longe de estar resolvidos.**

A realização de uma *tribuna pública* «Pela efectivação da igualdade», que teve lugar em Lisboa, foi um dos momentos significativos das comemorações do Dia Internacional da Mulher, ao envolver diversas organizações sindicais e sociais.

Promovida pela União dos Sindicatos de Lisboa, o Movimento Democrático de Mulheres - MDM, a Inter-Reformados e o MURPI, a iniciativa teve ainda como objectivo divulgar um *manifesto reivindicativo* a apresentar junto dos partidos políticos e do próximo Governo.

De par da luta pela igualdade, nomeadamente nos locais de trabalho, este ano esteve também no centro das acções comemorativas a luta pela descriminalização da interrupção voluntária da gravidez.

Animação de rua e festa-convívio, no Porto, e um debate com representantes dos partidos políticos, em Lisboa, foram as iniciativas organizadas, em torno desta temática, pela Plataforma «Direito de Optar». O debate de Lisboa teve como objectivo questionar os representantes dos principais partidos concorrentes às eleições legislativas, sobre as respectivas posições no que se refere à discriminação do aborto.

Foi entretanto entregue um *dossier* sobre o tema na Presidência da República e lançados abaixo-assinados sectoriais (dirigidos a profissionais de saúde e de educação) de solidariedade com os arguidos e condenados no julgamento da Maia, que nomeadamente envolveu 17 mulheres acusadas de terem feito um aborto.

## A concretização de direitos

A CGTP-IN assinalou o Dia da Mulher sob o signo da igualdade entre homens e mulheres, em particular no que concerne aos direitos de maternidade e paternidade.

No próprio dia e na véspera, a central sindical levou a cabo um vasto leque de iniciativas, com o objectivo de lembrar que «é hora da igualdade».

As acções comemorativas assumiram as mais diversas formas - mesas-redondas, tribunas, encontros, concentrações, seminários, plenários e contactos com os trabalhadores e a população, com distribuição de folhetos sobre os

direitos específicos que assistem às mulheres trabalhadoras e denúncia das discriminações mais frequentes de que as mulheres são alvo nos locais de trabalho.

O lema com que a CGTP-IN assinalou este 8 de Março insere-se na linha da campanha nacional pela efectivação dos direitos. No comunicado divulgado pelo Dia da Mulher, a central sindical sublinha que «a efectivação e o reforço dos direitos são indispensáveis à melho-

## Iniciativas por todo o País

Para além da participação na Tribuna Pública, que teve lugar em Lisboa, o Movimento Democrático de Mulheres - MDM, desenvolveu diversas iniciativas comemorativas do 8 de Março.

Em Montemor-o-Novo, realizou-se um debate sobre «A Mulher na Vida Política». Em Faro, uma sessão solene assinalou a data. Em Loures, as comemorações deram lugar a diferentes iniciativas - um encontro/concentração no Parque Urbano da cidade, a apresentação do livro biográfico «Nina, a ferreira de Bucelas» e debates sobre «A Mulher e a Sociedade Actual». Na Cova da Piedade teve lugar um debate sobre «A Despenalização da IVG».

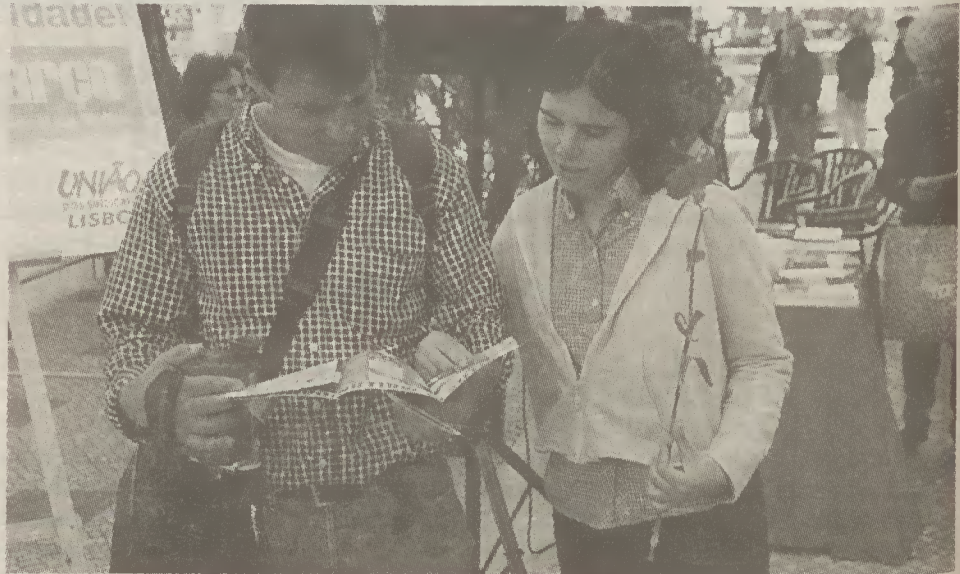
Realizaram-se ainda diversos convívios em Aveiro, Braga, Marinha Grande, Santarém, Beja, Grândola, Sines, Lagos,

reinserção social de mulheres que exercem ou exerceram a prostituição. Com este encontro pretende-se ainda identificar dificuldades e recolher elementos que permitam no futuro parlamento iniciativas políticas em favor destas mulheres.

Diversas Câmaras Municipais assinalaram também o Dia da Mulher.

Num acto simbólico, a Câmara de Mora aprovou por unanimidade uma saudação em que reafirma a solidariedade com todas as mulheres e em particular com as trabalhadoras da autarquia, destacando a dupla condição de trabalhadoras e mães, e se associa à luta pela igualdade.

Também em Loures, a Câmara aprovou por unanimidade uma moção de solidariedade a todas as mulheres na sua luta pela emancipação, direitos e igualdade de oportunidades. O documento lembra, de par de problemas que continuam



O Dia da Mulher foi assinalado com diferentes iniciativas

ria das condições de vida, ao progresso e ao desenvolvimento humano e solidário».

No Algarve, para além da distribuição do desdobrável da CGTP sobre direitos, realizou-se uma mesa-redonda sobre «A Mulher e o Trabalho: Que Direitos? Que Oportunidades?».

Almeida, Coimbra, Aljustrel, Guarda, Bragança e Évora.

O Dia da Mulher foi assinalado por «Os Verdes» com uma visita da deputada Isabel Castro à associação «O Ninho». O objectivo da visita foi contactar de perto com um projecto único no país, virado para o apoio e a

longe de ser resolvidos, diferentes problemáticas, que «assumem expressão significativa», como os «ridículos e vergonhosos julgamentos em Portugal de mulheres acusadas de aborto» ou os «recentes registos divulgados de violência doméstica sobre as mulheres».

## Sindicatos comemoram

Em Braga, a União dos Sindicatos promoveu uma concentração de trabalhadores pela efectivação dos direitos e, em empresas de diversos sectores, houve distribuição de documentos alusivos ao Dia Internacional da Mulher.

Um encontro distrital de dirigentes, delegados e activistas sindicais sobre «Trabalho com direitos - É hora de igualdade», foi uma das formas como esta data foi assinalada em Castelo Branco. Teve ainda lugar uma conferência de imprensa sobre o Projecto Equal no plano do Distrito - balanço e perspectivas.

Na Madeira, houve distribuição pública e em vários locais de trabalho do desdobrável sobre direitos. Realizou-se um seminário sobre «Igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no novo século».

Para além da distribuição pública do desdobrável, a União dos Sindicatos do Porto organizou plenários, visitas e comemorações em várias empresas. Um encontro de professores, da iniciativa do Sindicato dos Professores do Norte, teve lugar em Santo Tirso.

Plenários de trabalhadores e a distribuição do desdobrável marcaram o dia em Setúbal.

Em Évora, foi distribuído um postal comemorativo, poemas e flores no parque industri-

al, lojas comerciais e hotéis, havendo ainda almoços de convívio, visitas ao Alqueva e colóquios e debates em Reguengos de Monsaraz e Vendas Novas.

A União dos Sindicatos de Vila Real promoveu a distribuição do desdobrável e de postais em várias empresas e locais de trabalho.

Muitos foram os sindicatos que promoveram as suas próprias iniciativas.

É, nomeadamente, o caso do Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins, que inaugurou uma exposição de pintura *naïf*, com festa, música e convívio. Ou da Comissão de Trabalhadores da Portugal Telecom que, em documento distribuído dia 8 de Março, lembra a batalha em curso na empresa e sublinha que «há que fazer cumprir as normas legais e contratuais em vigor relativas aos direitos das mulheres, em especial em relação à protecção da maternidade e punir, exemplarmente, os que discriminam as mulheres no emprego em razão do exercício dos seus direitos, promovendo uma efectiva conciliação entre a vida profissional e familiar, com redução dos horários de trabalho e incentivando a criação de estruturas sociais de apoio à criança e aos idosos».

## Vitória unitária

No banco BPI a lista unitária venceu folgadoamente as eleições para a Comissão de Trabalhadores. De acordo com os resultados divulgados oficialmente na semana passada, a Lista A obteve 1519 votos e 7 mandatos. A Lista B (dos TSD), com 742 votos, elegeu 3 candidatos, ultrapassando (em relação ao último acto eleitoral) a lista identificada com o PS, que recebeu 418 votos, garantindo apenas a eleição de um representante.

## Imprensa

O Sindicato dos Jornalistas e a Associação da Imprensa Diária chegaram a acordo, no dia 7, para revisão da convenção colectiva de trabalho a vigorar em 2002. Ao anunciar este resultado, obtido em sede de conciliação, o SJ salienta que é o primeiro acordo colectivo para os jornalistas, aceite pela AID desde 1982. A carreira profissional é alargada de 5 para 6 grupos e, pela primeira vez, são instituídos valores para o subsídio de refeição. Foram actualizadas as tabelas salariais e fixados novos valores para indemnizações por utilização de equipamento fotográfico próprio. Na última semana de Março será retomada a discussão sobre direitos de autor dos jornalistas. Informação mais detalhada está disponível em <www.jornalistas.online.pt>, o sítio do SJ na Internet, apresentado na semana passada.

## OGMA

A resistência e a luta dos trabalhadores, na defesa dos postos de trabalho e dos direitos, exigem unidade e discernimento – apelam os comunistas das Oficinas Gerais de Material de Aeronáutica, de Alverca, actualmente a maior empresa do concelho de Vila Franca de Xira. Num documento distribuído anteontem aos trabalhadores, são apontadas responsabilidades aos sucessivos governos do PS e do PSD, «que abandonaram a empresa às mãos dos "boys" do IPE e Empordef» e que «são os responsáveis políticos pelo processo de despedimentos em curso», cujo alvo principal são algumas centenas de jovens trabalhadores, contratados a prazo, mas que abrange igualmente alguns efectivos. A célula do PCP na empresa – que foi estabelecimento fabril da Força Aérea e, em 1994, passou a sociedade anónima – refere alguns efeitos visíveis da má gestão e da política de direita: a criação de uma estrutura pesadíssima ao nível de Direcção, com as consequentes mordomias e benesses; o afastamento no relacionamento com a Força Aérea; investimentos duvidosos e situações menos claras, que levam a que fosse entregue a empresas privadas o serviço que podia ser feito na OGMA (o que permite agora alegar falta de trabalho).

# Decisão da CGTP e do 8.º Encontro de CTs Prioridade aos salários

Depois do Banco de Portugal vir corrigir as previsões do Governo, para uma fasquia que coloca a inflação estimada acima da actualização salarial na Administração Pública, as comissões de trabalhadores juntaram-se à Inter, definindo como prioridade a defesa e valorização dos salários.

No dia 6, a CGTP-IN reagiu aos números do Banco, que admitem uma inflação até 3,1 por cento durante o corrente ano (o valor superior do intervalo da projecção efectuada em Dezembro passado, quando foram apresentadas as perspectivas da economia portuguesa para 2002), exigindo que os salários reais têm que aumentar.

A central considera que a nova indicação do Banco de Portugal «revela que têm sido pouco realistas os referenciais para a inflação prevista» e salienta que «é ainda menos realista a previsão do Governo, quando insiste em que a inflação não ultrapassará este ano os 2,7 por cento». A CGTP recorda que nos últimos anos, incluindo 2001, o Governo previu aumentos de preços inferiores aos que vieram a verificar. «Mesmo quando era evidente que tais previsões se não iriam cumprir, o Governo não alterou o referencial da inflação, prejudicando os trabalhadores», protesta a Intersindical Nacional, que chama a atenção para a repetição, este ano, do mesmo comportamento.

«Na Administração Pública, os salários foram fixados em 2,75 por cento, no prescrito de ser essa a inflação para este ano», e «o salário mínimo foi actualizado com base numa inflação que será também superior» – situação que «está também a dificultar a negociação de contratação colectiva de trabalho» em vários sectores e empresas. Tanto as organizações patronais como os conselhos de gerência de empresas participadas pelo Estado ou de capitais públicos recusam considerar a inflação verificada em 2001 e «insistem em valores de inflação para 2002 que sabem não serem realistas».

Na quinta-feira, dia 7, o 8.º Encontro Nacional de Comissões de Trabalhadores – que reuniu cerca de 300 representantes do pessoal de mais de uma centena de empresas, para discutir a situação nacional e a sua inserção no contexto internacional – aprovou uma resolução cuja primeira decisão é «definir e reafirmar como grande prioridade da sua acção e intervenção a defesa e a valorização dos salários».

«Na Administração Pública, os salários foram fixados em 2,75 por cento, no prescrito de ser essa a inflação para este ano», e «o salário mínimo foi actualizado com base numa inflação que será também superior» – situação que «está também a dificultar a negociação de contratação colectiva de trabalho» em vários sectores e empresas. Tanto as organizações patronais como os conselhos de gerência de empresas participadas pelo Estado ou de capitais públicos recusam considerar a inflação verificada em 2001 e «insistem em valores de inflação para 2002 que sabem não serem realistas».



Os membros das CTs trouxeram para a rua as posições assumidas no 8.º Encontro Nacional

## Comissões para lutar

Pouco mais de um ano decorrido sobre o último encontro, a 10 de Janeiro de 2001, as CTs consideram que «se confirmam e, nalguns casos, se acentuam, os principais problemas que afectam os trabalhadores», sublinhando que «a ofensiva aos salários, à gestão e organização dos horários de trabalho, ao emprego com qualidade, constitui uma linha de intervenção traçada pelo capital». Esta política, salienta-se na resolução, ocorre num país «com profundos desequilíbrios entre ricos e pobres» e onde coexistem «o mais baixo salário mínimo, o mais baixo salário médio, as mais baixas pensões e reformas» com «as

mais altas taxas de concentração da riqueza».

Os membros das CTs observam que «o capitalismo persiste em recuperar parcelas de domínio que perdeu no confronto da luta de classes durante várias gerações» e «o que alterou não foram os objectivos, mas tão-só os adjectivos».

Na resolução afirma-se que «a empresa, o local de trabalho, independentemente das mutações e alterações verificadas, continua a ser o local estratégico onde, em última análise, se dá o confronto e o conflito, se ganha ou se perde o direito de facto».

A par dos «esforços para articular com o movimento sindical uma linha de trabalho para dar força à Campanha Nacional pela efectivação dos

direitos», o encontro reafirmou o valor das CTs «como forma de organização unitária e de classe» e decidiu «reforçar o movimento das CTs», tanto através da eleição de comissões em empresas onde hoje não existem, quer através do alargamento das adesões às comissões coordenadores regionais e sectoriais (que constituíram a comissão organizadora do encontro).

Poucos dias antes das eleições legislativas, o encontro resolveu, «analisando as causas e consequências das políticas de direita e socialmente injustas, avaliar responsabilidades e responsáveis e deixar à livre e consciente opção do trabalhador o voto que pode castigar ou premiar quem esteve contra ou a favor dos seus direitos, interesses e aspirações».

## Jovens exigem direitos

A Interjovem está a efectuar no distrito de Lisboa uma série de acções para reclamar, em algumas empresas e sectores, o cumprimento de direitos conquistados e consignados, na lei ou na contratação, mas que são impunemente desrespeitados.

As iniciativas, iniciadas dia 6, na DHL (multinacional com 80 por cento de contratados a prazo), na PT (com trabalhadores que recebem à hora) e na estação dos CTT nos Restauradores (onde não é registado trabalho extraordinário efectuado), incluíram ainda hipermercados (Feira Nova e Colombo), multinacionais do sector eléctrico (Delphi e Legrand) e químico (Lever e Solvay), o Hotel Meridien, as cantinas do Hospital de São José e instalações da Câmara Municipal de Lisboa nos Olivais.

## Precários protestam no IPO

No dia 8 de Março, trabalhadores do Instituto Português de Oncologia, contratados a termo (alguns há mais de 4 anos) para satisfazer necessidades permanentes dos serviços, estiveram em greve, protestando contra a ameaça de despedimento. O ministro da Saúde prometeu aos sindicatos da Função Pública um projecto para a exigida passagem ao regime de contrato administrativo de provimento, mas recuou.

No mesmo dia teve lugar um plenário dos trabalhadores do Instituto de Solidariedade e Segurança Social, à entrada das instalações, em Lisboa. Alterações de serviços e secções tornam «cada vez mais claro que este processo vai passar pela privatização» de serviços locais e centrais, caminho contestado pelos funcionários e pelo Sindicato da Função Pública do Sul e Açores.



Os motivos da luta foram trazidos para a porta do IPO

## CGTP aponta causas e responsáveis

Num documento aprovado pelo Conselho Nacional da CGTP, a central comenta o actual momento político, definindo uma posição quanto às eleições do próximo domingo. O documento começou a ser distribuído no final de Fevereiro, numa acção simultânea em Lisboa e outras localidades, com a participação de vários dirigentes.

### Radicalização e realidade

Partindo da verificação de que «existe uma situação generalizada de mal-estar social, de perda de credibilidade política, de enfraquecimento da autoridade do Estado, a que se alia um contexto económico preocupante», a CGTP previne que tal situação «é propícia a posições e propostas demagógicas de tipo populista e à radicalização do discurso de forças sociais e políticas de direita». «Esta radicalização emerge da perigosa dinâmica capitalista neoliberal e retrógrada, em marcha na actual sociedade, mas assenta também nas cedências que, ao longo dos últimos 7 anos, os governos PS fizeram ao poder económico e financeiro», afirma a central.

Na caracterização da realidade que se vive no País, a Intersindical Nacional salienta:

– «Uma situação social caracterizada por desigualdades sociais profundas; um mercado de trabalho com elevada precariedade laboral e com a violação sistemática dos direitos dos trabalhadores; uma entrada dos jovens no mercado de trabalho com contratos a prazo ou de forma clandestina; um elevado número de pessoas com baixos rendimentos, demonstrativo de uma injusta distribuição da riqueza»;

– Uma «progressiva destruição de sectores produtivos que tem levado ao encerramento e falência de numerosas empresas e ao desaparecimento de zonas industriais, à crescente instabilidade do emprego, ao surgimento de salários em atraso, decorrendo de tudo isto o aumento de despedimentos e a destruição de numerosos postos de trabalho»;

– «Um elevado número de trabalhadores que continuam a viver com baixos salários ou com salário mínimo»;

– «Um ataque sem precedentes ao emprego e à natureza do vínculo contratual, aos salários, às pensões e aos direitos dos trabalhadores da Administração Pública», a par da «fragilização crescente do Estado, em resultado das cedências do poder político aos interesses dos grupos económico e financeiro»;

– «A persistência de problemas estruturais graves na economia portuguesa».

Contudo, sublinha a CGTP, «esta realidade tem causas e responsáveis, que não podem ser ignorados para que o futuro seja melhor».

A central realça que «não haverá melhor futuro, se prosseguir o domínio absoluto e as chantagens do poder económico e financeiro e a imposição unilateral do poder patronal»; «se continuarem as políticas de destruição do aparelho produtivo, se persistirem os baixos salários, a baixa qualificação do trabalho e muita precariedade, se prosseguir o ataque subversivo ao Estado e à Administração Pública».

Assim, o voto dos trabalhadores «terá de afirmar a necessidade de uma ruptura com estas políticas e não a sua continuidade e aprofundamento», garantindo que «serão encetados os caminhos para uma outra política, que promova o progresso e desenvolvimento do País, com a necessária melhoria das condições de vida e de trabalho da população».

### Força para mudar

«Dar mais força a quem defende, para o País e para o sector, um rumo em que o desenvolvimento é acompanhado de justiça e em que a «saúde das empresas» não signifique apenas acumulação de lucros, em prejuízo dos trabalhadores e da qualidade do serviço prestado» é o apelo da federação das Indústrias Eléctricas aos trabalhadores da EDP. A FSTIEP – uma das várias estruturas sindicais que também se pronunciaram sobre as eleições legislativas – afirma que «não deixam de ser de direita, só porque passam a ser desenvolvidas por partidos considerados de esquerda, políticas de destruição do aparelho produtivo, de privatização de sectores lucrativos e estratégicos».

A quem trabalha na hotelaria, alimentação, bebidas, tabacos e agricultura, a Fesah/CGTP diz que «só com uma força política coerente na defesa dos interesses dos trabalhadores e das populações mais carenciadas haverá mudança de rumo» e sublinha que «esta força política existe». A federação apela aos voto «nos homens e mulheres que, com **Coragem, Determinação e Unidade**, lutam pela mudança» das políticas que têm sido seguidas pelo PSD, pelo PS e pelo CDS-PP.

A Inter-Reformados de Aveiro procurou saber as posições das diversas candidaturas sobre as suas reivindicações e «constatou que apenas os candidatos da CDU se pronunciaram positivamente». Nenhuma das demais forças se dignou sequer responder, protestou a estrutura distrital da Inter-Reformados.



## Razões concretas para uma opção política coerente

# O trabalho vota na CDU

**N**um encontro com Carlos Carvalhas, centenas de dirigentes sindicais e membros de CTs salientaram

que o PCP e a CDU estão permanentemente ao lado dos trabalhadores. Entrevieram também Jerónimo de Sousa, Manuel Carvalho da Silva, Fátima Messias e Paulo Trindade.

O secretário-geral do PCP e cabeça de lista da CDU pelo círculo de Lisboa, cuja intervenção encerrou a sessão de 7 de Março, no Teatro Villaret, sublinhou que «tem muito

significado para nós que um dirigente sindical com as responsabilidades de Manuel Carvalho da Silva e tantos sindicalistas aqui tenham expressado publicamente o seu apoio e publicamente tenham apelado aos trabalhadores para apoiarem a CDU. Tem muito significado para nós que muitos sindicalistas e membros das comissões de trabalhadores sem partido e, naturalmente, aqui e ali com posições diferenciadas em relação à CDU, nos tenham declarado o seu apoio empenhado. Tem muito significado para nós que representantes de trabalhadores católicos também

quissem estar presentes e com esse acto expressar o seu apoio que muito nos honra».

Carlos Carvalhas afirmou que «há o reconhecimento claro de que a CDU tem sido na Assembleia da República a força que com mais acuidade, empenho e determinação tem defendido as aspirações, os anseios e as justas reivindicações dos trabalhadores, das trabalhadoras e das suas lutas», tal como «há o reconhecimento claro, por parte de milhares de activistas das Comissões de Trabalhadores e dos Sindicatos, que o reforço da CDU é o resultado que melhor e mais garantias

dá de fazer frente à direita e à política de direita».

Perante uma assistência interessada, conhecedora e participante, com frequentes aplausos e vibrantes palavras de ordem de apoio à CDU, Carlos Carvalhas criticou os dirigentes do PS e do PSD, que vêm agora apelar ao voto dos trabalhadores. «Mas quem decidiu salários baixos, quem permitiu a violação de direitos nas empresas? Onde estiveram o PS, o PSD e o CDS-PP quando os trabalhadores viram as suas empresas encerradas, os seus postos de trabalho ameaçados, os seus salários corroídos pela inflação e a sua dignidade profissional

ofendida?» Como resposta, afirmou o dirigente comunista que «a verdade é que, no intervalo entre eleições, seja junto dos trabalhadores, seja na Assembleia da República, quem sempre marcou presença activa, solidária e interveniente foi o PCP e a CDU».

Ao fazer um breve balanço do trabalho parlamentar na área laboral, o secretário-geral do Partido notou que «se a CDU tivesse tido mais força, mais projectos de lei teriam sido aprovados, e bem úteis seriam aos trabalhadores e ao País». Para além da Lei de Bases da Segurança Social e da Reforma

Fiscal (sobre a qual repôs algumas verdades), Carlos Carvalhas apontou várias iniciativas legislativas aprovadas por proposta do PCP, consagrando «uma maior protecção aos créditos dos trabalhadores em caso de falência das empresas; o combate à precariedade do emprego limitando o recurso ao contrato a prazo; o combate à discriminação das mulheres no trabalho, designadamente na gravidez e na maternidade; um novo sistema de cobrança e entrega das quotas sindicais; o direito ao sindicalismo para os profissionais da PSP».



## 8 de Março na Melka

No Dia Internacional da Mulher, Carlos Carvalhas e outros activistas e apoiantes da CDU, entre os quais dirigentes do Sindicato Têxtil do Sul, distribuíram cravos às trabalhadoras da Melka, no Cacém, e um comunicado do organismo de empresas do concelho de Sintra do PCP, saudando a luta ali travada com sucesso e apelando ao voto na Coligação. Nesta empresa foi travada uma dura luta, com 4 dias de greve e vários plenários, ao longo de mais de um mês, obtendo os trabalhadores melhorias significativas, que ainda pretendem alargar e consolidar – objectivos com os quais os comunistas se declaram solidários.

## O balanço das obras

«Todos os partidos vêm pedir o voto aos trabalhadores», pelo que a Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Madeiras, Mármore e Materiais de Construção decidiu fornecer argumentos para uma escolha «consciente». Num comunicado do seu Conselho Nacional, a estrutura sectorial da CGTP enumera o que foi feito (ou permitido) pelos diversos partidos em matérias que interessam aos trabalhadores.

### Guterres e PS

Daquilo que o PS, com maiorias na AR, Guterres em primeiro-ministro e Ferro Rodrigues ocupando pastas ministeriais, «fez ou permitiu fazer nos últimos anos», a federação aponta, entre outros resultados visíveis no sector:

- aumento da precariedade do emprego e do trabalho clandestino;
- a morte de mais de mil trabalhadores, sem que os culpados fossem condenados;
- a prática de salários de miséria, sobretudo se comparados com as médias europeias;
- o voto contra que inviabilizou a revisão do regime jurídico da reparação dos acidentes de trabalho e doenças profissionais;
- a tentativa de imposição de um pacote laboral, que visava roubar férias, flexibilizar o horário, impor o trabalho a tempo parcial;
- a destruição de empresas, colocando milhares de trabalhadores no desemprego;
- obstrução, com o apoio do PSD e do CDS, ao aumento do salário mínimo.

### Durão e Cavaco

Quando teve maioria na AR e constituiu governo, com Cavaco Silva em primeiro-ministro e Durão Barroso a ocupar cargos de relevo nos executivos, o PSD fez «o mesmo ou semelhante» e «por

isso foi penalizado pelo povo». Nestes anos de oposição, acusa a federação sindical, o PSD:

- tem votado contra projectos de lei que visam melhorar as condições de vida dos trabalhadores;
- quer acabar com o sistema universal de Segurança Social;
- demagogicamente, diz querer aumentar as pensões de reforma, mas impediu o aumento do salário mínimo;
- inviabilizou a revisão do regime jurídico da reparação dos acidentes de trabalho e doenças profissionais.

### PP e CIP

O CDS-PP é apontado como «o partido do patronato, contando nas suas fileiras com o engenheiro Nogueira Simões, da CIP e da AECOPPS» (esta é uma das principais associações patronais do sector da construção e obras públicas). «Quando os governos, quer do PSD quer do PS, quiseram tomar medidas contra os trabalhadores», recorda a estrutura sindical, o CDS-PP «sempre esteve ao seu lado» e «foi um dos mentores do pacote laboral», para além de ter impedido o aumento do salário mínimo e ter inviabilizado o regime jurídico da reparação dos acidentes de trabalho e doenças profissionais.

### O nosso lado

Na Assembleia da República, a CDU «comprometeu-se a apresentar projectos de lei de acordo com os interesses dos trabalhadores e cumpriu», congratulam-se os dirigentes sindicais, destacando a instituição do Dia Nacional da Prevenção e Segurança no Trabalho, a 23 de Abril, «que concretizou uma proposta reivindicativa do nosso sector», como exemplo de que «todos os projectos aprovados, que favorecem os trabalhadores, ou foram apresentados pelos partidos que integram a CDU, ou tiveram o voto da CDU». No comunicado refere-se ainda que a Coligação lutou ao lado dos trabalhadores em todas as frentes.

## Ameaça pública

Nas declarações dos líderes e nas propostas eleitorais do PS e do PSD, «os direitos dos trabalhadores da Função Pública estão debaixo de fogo», nomeadamente quanto «apontam no sentido da privatização e entrega dos serviços públicos a privados e para a contratação de trabalhadores em regime de contrato individual de trabalho, como regra».

O alarme é dado pelo Sindicato da Função Pública do Sul e Açores, num folheto em que considera que tais questões «configuram o maior ataque aos direitos dos trabalhadores» do Estado. Num balanço ao que fazem e dizem aqueles partidos relativamente a sete áreas concretas, o sindicato lembra, nomeadamente, que, depois de anos sucessivos em que o argumento da contenção salarial serviu para impor baixos salários, PS e PSD defendem agora que acabe a periodicidade anual da revisão salarial; depois de um decreto-lei do PS ter agravado injustiças e distorções do Novo Sistema Retributivo herdado do PSD, o partido de Ferro e Guterres vem propor um regime baseado em prémios; as carreiras profissionais mantêm-se estagnadas; por pressão sindical, foram integrados cerca de 40 mil precários que o PSD deixou na Administração Pública, mas os governos PS criaram 61 mil novos postos de trabalho sem vínculo estável; foi rejeitada pelo PS uma proposta do PCP para travar a degradação das pensões, através da sua equiparação aos vencimentos no activo.

No domingo, vai também ser decidido quem vai ser o «patrão» dos trabalhadores do Estado, o que leva o sindicato a recordar que «governos de maioria absoluta primam pela arrogância e prepotência».

• Pedro Guerreiro

## Factos separados?

Amanhã termina o período oficial de campanha eleitoral para a Assembleia da República (AR) e tem início a Cimeira de Barcelona, que reunirá chefes de Estado e de governo dos países da União Europeia (UE).

Factos separados?

Nesta Cimeira irá fazer-se o ponto de situação quanto à concretização dos objectivos propostos na denominada «estratégia de Lisboa», nomeadamente o de, em 10 anos, tornar a UE no espaço económico mais competitivo do Mundo, no quadro da concorrência capitalista, especialmente com os EUA. Recorde-se que esta «estratégia» foi definida na Cimeira de Lisboa, em Março de 2000, durante a presidência portuguesa da UE.

A Comissão Europeia, fazendo-se porta-voz dos interesses do grande patronato da Europa (UNICE e Mesa-redonda Europeia dos Industriais), aproveitando a presidência espanhola da UE e a iniciativa política de Blair (de referir a declaração conjunta Blair/Berlusconi sobre as prioridades para esta Cimeira e sobre a liberalização do mercado de trabalho), exige um impulso na concretização dos objectivos definidos nesta «estratégia», com prioridade para a reafirmação da aplicação estrita do Pacto de Estabilidade, a liberalização de serviços públicos e do mercado de trabalho. Propostas que a serem adoptadas terão graves consequências para os trabalhadores e para o País. Salientem-se três exemplos.

### Os perigos

As orientações para as políticas económicas ao nível da UE e para cada Estado-membro, reafirmam a aplicação estrita do Pacto de Estabilidade e, no caso de Portugal, a contenção das «despesas» públicas, através da moderação salarial, do controlo das «despesas» com a saúde (referem-se as parcerias com o sector privado) e da prossecução da reforma das pensões.

É avançada a necessidade de continuar a flexibilização dos mercados de trabalho. A presidência espanhola avança com medidas como a redução dos custos inerentes ao fim de um contrato de trabalho, o ligar os salários à produtividade, a promoção da mobilidade dos trabalhadores e a procura de formas flexíveis de organização do trabalho (a percentagem de trabalhadores com contrato a prazo em Portugal terá passado de 11% em 1996 para 20% em 2000).

A liberalização dos mercados de energia (electricidade e gás) é apontada como um dos objectivos mais importantes para a Cimeira. Pela comunicação social se soube que

apenas a França se opôs à proposta da Comissão de abertura do mercado dirigido aos «consumidores não profissionais», aceitando a abertura para os «utilizadores profissionais» (à volta de 70% do mercado). Ou seja, o Governo português terá apoiado as propostas que vão no sentido da abertura total e faseada do mercado do gás e da electricidade.

Se há exemplo de como as políticas promovidas ao nível da UE traduzem os interesses e as contradições do grande capital na Europa, este pode ser encontrado na «estratégia de Lisboa» e, de forma clara, no conteúdo das propostas para a Cimeira de Barcelona. Após a introdução do Euro, no quadro de uma conjuntura económica em desaceleração, a Comissão e a Presidência do Conselho avançam com a reafirmação dos objectivos da «estratégia de Lisboa» que apontam para uma melhor mobilidade e acesso do grande capital a novos mercados e fontes de financiamento, para a moderação salarial e flexibilização do mercado de trabalho, ou seja, uma política que favorece os interesses dos grandes grupos económicos na Europa e penaliza os trabalhadores, promovendo o «apertar do cinto» e a degradação das condições de trabalho e das conquistas sociais alcançadas pelos trabalhadores.

### CDU – o voto necessário!

Se procurarmos exemplos da profunda conivência dos governos do PSD e do PS com as políticas promovidas ao nível da UE, bastará comparar os objectivos apontados para Barcelona com algumas das propostas avançadas por estas forças políticas durante a actual campanha eleitoral para a AR. A partir dos seus programas eleitorais relativamente à UE, apesar de omissões e eufemismos, PS e PSD, que partilham a responsabilidade da condução de 16 anos de participação de Portugal na UE, reafirmam no essencial os principais eixos da actual integração europeia, na sua política neoliberal (cumprimento do Pacto de Estabilidade, liberalização dos mercados...), na sua orientação federalista (processo constitucional, generalizar maioria qualificada, comunitarização de políticas...) e na militarização da UE (militarização da UE como pilar europeu da NATO...). Dia 17 de Março, domingo, teremos mais uma oportunidade de reafirmar a necessidade de mudar de política. De mudar para uma política de esquerda, que levamos à prática na nossa luta e acção de todos os dias, de defesa dos interesses dos trabalhadores, das populações e do País. A política que defendemos mais uma vez durante esta campanha eleitoral. Que ninguém falte!



O baixo desempenho da indústria de aço americana é compensado com medidas proteccionistas

Proteccionismo norte-americano pode desencadear guerra comercial

## Jogo sem regras

Os Estados Unidos não estão dispostos a recuar nas medidas anunciadas na semana passada pelo presidente Bush para proteger a sua indústria do aço.

### Braço-de-ferro

Entretanto, os principais produtores de aço europeus e os sindicatos do sector pediram, na segunda-feira, à Comissão Europeia medidas para atenuar os efeitos das novas taxas aduaneiras. A reivindicação patronal e dos sindicatos é clara: Bruxelas deve accionar de imediato a cláusula de salvaguarda para proteger uma indústria reestruturada que é competitiva.

Anteontem, terça-feira, os estados membros e a Comissão Europeia discutiram os mecanismos que poderão activar no seio da OMC para fazer face a uma diminuição das suas exportações de aço. A resposta poderá passar pela restrição das importações de países terceiros através do estabelecimento de quotas e taxas aduaneiras. Contudo as dores de cabeça podem estender-se a outros sectores uma vez que o subsecretário de Estado do Comércio norte-americano anunciou que as medidas proteccionistas irão ser também aplicadas a outros produtos como os semicondutores e alguns produtos agrícolas.

Em resposta aos protestos e ameaças de retaliação feitos por vários países, os EUA advertiram na segunda-feira que não vão recuar na sua decisão de impor taxas que vão até aos 30 por cento sobre as importações de aço.

Numa carta dirigida aos representantes diplomáticos dos comércio em Genebra, Washington nem sequer se mostra disponível para baixar as tarifas de outras importações como forma de compensar o protecção à indústria do aço. Pelo contrário, sustentam que as medidas que adoptaram estão de acordo com as regras da Organização Mundial do Comércio e que qualquer retaliação poderá prejudicar a recuperação económica nos EUA e no resto do mundo.

O governo norte-americano vai mesmo mais longe ao afirmar que uma tal reacção «pode desencadear retaliações comerciais por todo o mundo».

### UE ameaça retaliar dentro do quadro legal da OMC

Por seu lado, o comissário europeu do Comércio, Pascal Lamy, reafirmou que, se as compensações forem recusadas, a UE poderá retaliar no quadro das regras da OMC.

Logo na passada semana, os principais países produtores de aço (União Europeia, Japão, Brasil, Coreia do Sul e Rússia) contestaram as novas taxas aduaneiras unindo-se numa espécie de frente comum contra os Estados Unidos.

Considerando as restrições como «uma decisão política sem qualquer fundamento legal ou económico», Lamy sublinhou que ela está em «contradição directa» com os acordos da OMC que apenas prevêem medidas de salvaguarda no caso de se verificar um aumento das importações. Contudo nem este parece ser o caso já que, segundo o comissário europeu, as importações norte-americanas de aço caíram 33 por cento em 1998.

### Itália

## Berlusconi vencido

O governo de Berlusconi deu-se como vencido na batalha que teve de travar com os sindicatos e trabalhadores italiano em torno da reforma do mercado de trabalho. Apesar dos protestos da associação patronal, Cofindustria, o executivo de direita optou por uma retirada estratégica, desistindo do projecto anunciado com estrondo no Outono passado de suspender o artigo 18 do Estatuto dos Trabalhadores, que garante a readmissão de um empregado

despedido sem justa causa em empresas com mais de 15 trabalhadores.

Ante o poderoso protesto dos sindicatos e a importante movimentação social contra o governo, que marcou os últimos meses com sucessivas greves e gigantescas manifestações, estando já convocado uma greve geral para o próximo dia 5 de Abril, Berlusconi reuniu com os seus ministros, na segunda-feira, para definir os termos em que seria anunciada a renúncia a este as-

pecto da reforma laboral. Embora, segundo a imprensa italiana, Berlusconi não queira retirar de uma forma clara a questão do artigo 18 da mesa das negociações, para não dar completamente o braço a torcer, a sua supressão não deverá voltar a ser evocada nos próximos tempos.

Cabe agora ao ministro do Trabalho, Roberto Maroni, vir a público com uma nova fórmula que tire o governo do atoleiro em que se encontra.













• Rui  
Namorado  
Rosa

# Um futuro para o Ensino Superior

**A**ssistimos quase todos os dias a «proclamações» de «iluminados» sobre o futuro do País. Mas entre os autores dessas proclamações estão várias personalidades indissolavelmente associadas às políticas prosseguidas em Portugal nos últimos dezasseis anos. Em vez de comentarem o passado e até de se autocriticarem, entendem «ensinar-nos» o rumo para o futuro. Certamente não querem perder os seus privilégios e desejam prolongar as mesmas políticas.

Em particular no que respeita ao Ensino Superior, assistimos ao anúncio da «declaração de missão» de um «Grupo de Reflexão sobre Ensino Superior e Investigação Universitária» e à divulgação pelo ex-ministro E. Marçal Grilo de um estudo coordenado pelo ex-ministro Roberto Carneiro sob o tema «Futuro da Educação em Portugal: Tendências e Oportunidades».

São cidadãos como nós que expressam a sua opinião; são estudos e intervenções elaborados segundo princípios científicos. Mas, como disse, vários deles carregam pesadas responsabilidades; e não é por serem científicos que não são políticos. Pelo contrário. A Ciência foi e continuará a ser apropriada pela classe dominante na medida em que serve para exercer o seu domínio.

Como também serve para as classes dominadas denunciarem os seus exploradores. E para encontrarem o caminho para transformarem essa realidade social e se libertarem.

Devemos preocupar-nos com a quebra de procura de cursos que pensamos serem essenciais ao desenvolvimento do país (ciências e engenharias, por exemplo) e com os níveis de insucesso neles verificados. Bem como com as vocações que procuram cursos sem saídas profes-

sionais aparentes. Mas é melhor não misturar questões que exigem soluções diferentes. Devemos preocupar-nos também com a insuficiente oferta de cursos que pensamos serem também essenciais (designadamente várias especialidades em ciências da saúde).

## Acesso ao Ensino Superior

O Ensino Superior não pode alterar as vocações e as competências que os seus candidatos possuem e trazem. Mas deve procurar satisfazer a procura dos jovens que pretendem prosseguir os estudos como também a de «outros públicos», como agora se diz, a começar pelos trabalhadores estudantes, finalmente reconhecidos como os actores da «aprendizagem ao longo da vida».

A barreira dos *numerus clausi* tem sido, ao longo de muitos anos, um obstáculo responsável por tanto desencanto, por deslocções forçadas à procura de oportunidades algures e também por parte do insucesso escolar. Para os trabalhadores-estudantes, o equivalente paralelo é a quase absoluta ausência de oportunidades, apenas atenuada por um regime especial, mas com os mesmos conteúdos e modalidades que para os estudantes que estão em formação inicial. Satisfazer essas procuras com ofertas correspondentes é uma prioridade do sistema público do ensino superior.

Os estabelecimentos públicos têm responsabilidade na aplicação concreta da actual lei de acesso e ingresso no ensino superior. Estaria na sua mão proceder a uma selecção mais criteriosa dos candidatos mantendo entre si uniformidade de critérios e evitando resultados perversos para os alunos ou para as instituições. Mais preocupante, porém, é a liberalidade do ingresso aos estabelecimentos particulares e cooperativos, que no limite se

revela lesivo dos interesses dos alunos. Por umas e outras razões a lei do acesso deveria ser revista.

## Recursos e Financiamento

A actual lei do financiamento do Ensino Superior, de 1997, sendo má, menos má seria se fosse cumprida. Logo em 1999 houve proposta para modificar a fórmula de financiamento, mas porquê e para quê? A fórmula de financiamento nunca foi seriamente negociada, enunciada e respeitada. Cada ano algo de novo é razão para o seu incumprimento no Orçamento do Estado para o ano seguinte.

Quando das negociações entre o CRUP e o CCISP com o Governo, cuja origem remonta a 1993, as universidades e os politécnicos públicos comprometeram-se a conter o crescimento das despesas com pessoal e cumpriram esse objectivo para a convergência. Mas a parte das restantes despesas de funcionamento não foi cumprida pelo governo e, em consequência, a margem de manobra de gestão de recursos para o funcionamento foi diminuindo até desaparecer em muitas Escolas.

Desde logo as «propinas» foram um pretexto para reduzir o financiamento. A justificação formal para a sua introdução não foi respeitada pelo governo, pois que tendo sido invocadas para reforço da qualidade, logo no mesmo ano o respectivo montante foi deduzido das transferências do Orçamento do Estado para as faculdades e politécnicos. Quer dizer: aumentou o esforço das famílias sem incremento da qualidade prometida.

A partir de 98, a situação degradou-se ainda mais, porque o acréscimo de despesas com pessoal, devido ao acordo do Ministério com os Sindicatos de Professores, não foi acompanhado de transferência da correspondente verba para

actualização salarial. E em 2001, do corte introduzido pelo orçamento rectificativo, só 40% foi devolvido. Estes factos orçamentais têm grave repercussão sobretudo nas universidades pois que cerca de 90% do orçamento é de funcionamento está «cativo» para remunerações de pessoal.

Mesmo contrariando a actual lei, o financiamento vem sendo reduzido, como foi visto. A mesma lei previu a criação de um fundo para autofinanciamento dos estudantes. Mas esse fundo, seria muito discutível pela sua ambiguidade, por poder entrar em real ou potencial concorrência com a acção social escolar. Não foi posto em funcionamento contudo, e ainda bem. Com a aproximação da campanha eleitoral, alguém lançou agora a ideia do «cheque-educação». Uma proposta muito negativa. Porque esse dispositivo, sendo um instrumento de financiamento indirecto dos estabelecimentos de ensino, serviria para reduzir ainda mais a base de sustentação e a estabilidade da gestão orçamental dos estabelecimentos de ensino público, para facilitar o financiamento público do ensino privado. E no meio, os estudantes seriam prejudicados também, porque ficaria então escancarada a porta para o Governo reduzir o esforço público de financiamento do ensino superior no seu conjunto. E que dizer do futuro dos estudantes que esgotassem o seu cheque sem terem obtido aproveitamento, sem grau e sem dinheiro?

## Sucesso

A qualificação do corpo docente das universidades e politécnicos públicos em Portugal é hoje relativamente elevada; embora haja estabelecimentos, sobretudo politécnicos, onde o inverso ainda se verifique. Importa rectificar as situações deficitárias. A qualificação do corpo docente é um dos factores essenciais para melhorar a qualidade do ensino. Mas não pode substituir os factores materiais que o ensino com qualidade exige.

Todavia, não há tradição de formação pedagógica para os professores do ensino superior e há alguma incompreensão da parte dos docentes quanto a essa formação. Porém, ela é e cada vez mais deverá ser oferecida facultativamente, sem constrangimento, e a sua aquisição ser ponderada para a progressão na carreira. O estatuto de carreira poderia contribuir para esse fim ao considerar, mais explicitamente, a formação pedagógica para o ingresso na carreira docente superior.

A criação de quadros de investigador indirectamente ajudaria a melhorar essa situação: para além do mérito próprio como reforço das condições para o exercício da investigação científica no Ensino Superior, facultaria oportunidade de opção entre a vertente ensino e a vertente investigação dos actuais docentes, incluindo aqueles que têm relativamente menor vocação para o ensino ou maior vocação para a investigação.

## O Processo de Bolonha

A movimentação livre ou com o apoio do poder político dos estudantes através da Europa não é um fenómeno novo. Essa mobilidade, como agora se diz, existiu e foi promovida desde a Idade Média até ao passado recente; a História de Portugal está bem documentada sobre esse fenó-





gens quer para o Ensino quer para a Investigação. Pelo contrário, poderá ser muito negativo; a prioridade está na melhoria do ensino na sua totalidade, desde o pré-escolar até ao superior, e a aprendizagem ao longo da vida para quem está já no activo; o sistema de ensino não é desagregável por níveis nem por modalidades. E a investigação, estando naturalmente ligada ao ensino superior, está também ligada às actividades económicas e à generalidade da administração pública, podendo ter um tratamento relativamente autónomo. Seria erro grave cuidar prioritariamente da investigação científica e do desenvolvimento experimental no âmbito das universidades para os descuidar, como hoje está a acontecer em várias instituições incluindo laboratórios do Estado, no âmbito de outros ministérios.

O anúncio pelo PSD da criação de um tal Ministério, caso assumisse o governo, é despropositado; porque o que interessa aos cidadãos são os programas eleitorais e suas orientações políticas, não as orgânicas dos governos que os realizariam. No caso concreto, a solução orgânica anunciada permite adivinhar más políticas que não chegam a ser enunciadas sequer.

Seja como for, tem de ser garantida a investigação no sector Ensino Superior, até porque cerca de três quartos da investigação que se faz em Portugal é feita nelas, e só a restante é feita nos laboratórios de Estado e nas empresas (nestas sobretudo o que mais apropriadamente se designa «outras actividades científicas e técnicas»). Também, por este motivo, cabe ao Ensino Superior, uma pesada responsabilidade na formação avançada, responsabilidade que poderia de outro modo estar mais repartida com os laboratórios do Estado, se estes tivessem leis orgânicas e quadros de investigadores consentâneos com as suas missões de interesse público.

Mas devemos rectificar a actual situação em que quase só nas universidades públicas se realiza investigação; os institutos politécnicos, pela composição do seu corpo docente e em resultado da discriminação de que tem sido vítima, tem um peso ainda reduzido no esforço de investigação.

E não omitamos o facto de, nas universidades privadas, na larga maioria das áreas científicas, a investigação estar virtualmente ausente.

### A Acção Social Escolar

A Acção Social para os estudantes do ensino superior está muito aquém das reais necessidades da maioria da população escolar, pelo que tem de ser decididamente incrementada.

A atribuição dos «benefícios» ou «prestações» sociais deve também ser melhorada na base de critérios objectivos; o que será em parte irrealizável enquanto não houver uma política fiscal justa; sem esta, as contradições tantas vezes chocantes permanecem.

A acção social deve merecer acrescida atenção no âmbito de residências e de cantinas, que deveriam existir em quantidades muito superiores às actuais, tendo em vista a importante proporção de população escolar deslocada das suas residências. E atendendo que são adultos que poderão desejar viver com independência e são sujeitos de problemáticas específicas da sua faixa etária.

Mas não há dúvida que a atribuição de bolsas de estudo deveria ser incrementada, por razões sociais, mas também como instrumento de política educativa, seja como prémio pelo aproveitamento seja como estímulo para a frequência de cursos em domínios em que a afluência de candidatos está aquém das expectativas das necessidades sociais.

Não tem havido política de Desporto. Só estão previstos mecanismos para alta competição e só 15% da população universitária «persiste» em praticar desporto. O que não é nada educativo. Infra-estruturas para actividades físicas e culturais deveriam estar geralmente disponíveis, nos próprios estabelecimentos ou partilhadas com outras entidades socioculturais.

Quanto à Saúde Escolar, os apoios são escassos; as estruturas de acompanhamento e despistagem foram-se dissolvendo; as de apoio psicológico são ainda raras. A assistência médica e medicamentosa e os apoios social e psicológico devem ser incrementados, estar geralmente disponíveis para a população escolar tanto mais, como ficou dito, que muitos estudantes estão deslocados.

Há muito que fazer para melhorar o nosso Ensino Superior. Mas é possível, com o envolvimento de estudantes, professores e outros funcionários, com recursos e muita seriedade no uso de meios e na prossecução dos objectivos, com rumo certo e persistência, é possível fazer muito melhor.

meno cultural que não precisou da União Europeia para acontecer. O que será novo será o propósito com que se evoca para atingir objectivos políticos certamente novos. Ou para nada fazer, para que apareça feito, o que não será novo.

O discurso do processo de Bolonha não determina a homogeneização dos sistemas de ensino superior europeu mas, sim, abre uma via para estabelecer a comparabilidade dos graus e das correspondentes qualificações que os graus certificam.

O processo de Bolonha é uma oportunidade ou um bom pretexto para repensar os graus e sobretudo a abordagem pedagógica e a correspondente organização curricular. Mas o Ministério e as universidades portuguesas têm estado pouco activas neste trabalho. É certo que o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas emitiu em Abril de 2001 um comunicado e que o Ministério emitiu em Outubro de 2001 os «termos de referência» para um debate que eventualmente conduzirá a uma iniciativa legislativa, mas o progresso tem sido escasso.

A Fundação das Universidades Portuguesas, reunindo as universidades públicas e outras instituições de ensino superior e dispondo de estatutos que permitem operacionalizar esse debate de forma estruturada e em termos representativos dos corpos de professores e alunos, seria o espaço mais adequado para aprofundar esse trabalho de repensar e até refundar o ensino superior em Portugal.

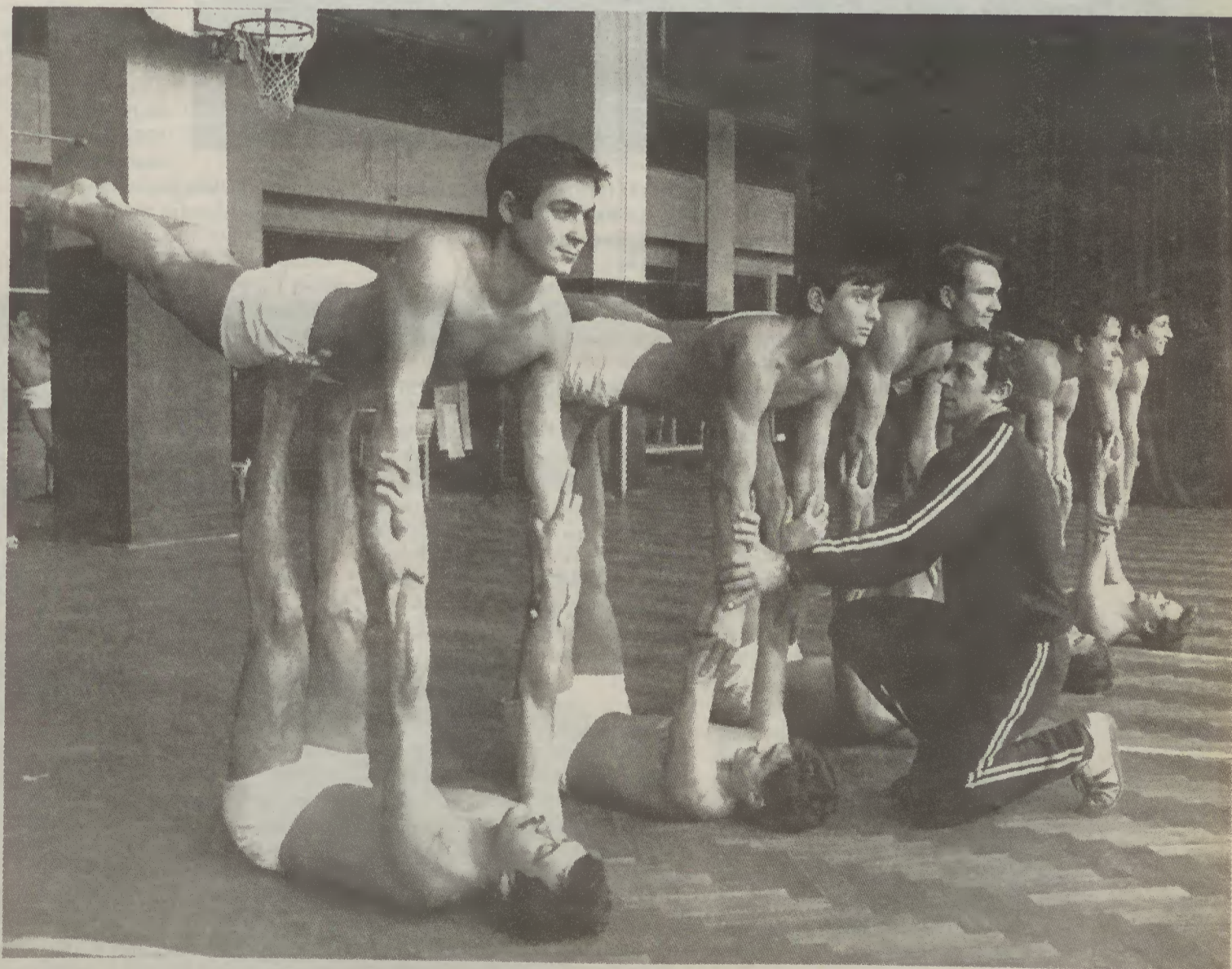
Este é um desígnio nacional que não pode caber apenas aos responsáveis ministeriais ou universitários do momento, porque esses passam e o país fica e continua.

A Declaração de Bolonha e documentos posteriores têm a preocupação de afirmar o respeito pela especificidade de cada país. Mas a evocação da especificidade pode ser o pretexto para deixar ficar tudo mais ou menos na mesma. Como também pode ser o pretexto para, num plano geral de comparabilidade e equivalência, assegurar o espaço de manobra onde só alguns poucos países terão oportunidade de manter as grandes escolas e as modalidades de

ensino que no passado serviram para criar as suas elites e sustentar o seu poder científico económico e político.

### Ensino Superior e Investigação Científica

A eventual criação de um Ministério do Ensino Superior e Investigação Científica não traz vantagens nem desvantagens





**Ciência & tecnologia**

Francisco Silva

**- P**ai, «PT» é uma marca? Eu acho que não - a filha a querer que o pai corroborasse a sua opinião.

(Lá vou eu outra vez, calhando, incorrer num pecado de publicidade escondida com muito mais do que o rabo de fora! Podia ir antes dar um exemplo com a marca da Vodafone, da Optimus ou, ainda, da Oniway. Mas a verdade é que foi sobre a PT que me foi feita a pergunta e, para mim, o normal, por razões de relações de trabalho e como cliente, é pensar logo à cabeça na PT.)

- Claro que «PT» é uma marca, filha, como o é a marca de um sabonete ou a de um terminal de telemóvel, ou ainda a de um automóvel.

# Jogar às marcas



Pareceu ao pai que tinha sido convincente, mas nem por isso a jovem filha se declarou convencida. Talvez, sim, tivesse ficado, mesmo assim, um pouco vencida - pensou ainda o mesmo pai. Sempre lhe parecia que tinha dado à filha uma resposta incontestável, bem lá do alto da sua autoridade.

Segue a filha, imbatível, mesmo depois do pai argumentar que as marcas designam produtos disponibilizados no mercado e que tanto os bens como os serviços são produtos, são produzidos por quem trabalha:

- Olha pai, não te estou a entender. Como é possível haver uma marca de uma coisa que se não vê, que não se agarra? Quanto muito, trata-se de um número, do nosso número de identificação, que os outros marcam para entrar em comunicação connosco. Está bem, é também uma rede... mas no jogo das marcas com os meus amigos, a ver quem, para cada letra do alfabeto, sabia dizer marcas, «PT» não valia mesmo. E eu ganhei o jogo, pai.

E ficou-se por ali, a filha. E o pai seguiu no seu matutar.

Esta questão das marcas a bater em cheio numa discussão algo anciã, nesta fase do jogo. Pois é. Enquanto os bens podem ser vistos e agarrados, e foram fabricados com a intervenção de máquinas e de operários, e, portanto, são facilmente assumidos como coisas cuja materialidade é indiscutível, os serviços são, pelo menos, parcialmente invisíveis e inagarráveis pelas nossas mãos. De tão leves que são, os serviços parecem mesmo imateriais; esfumam-se, tal como acontece com a informação - com frequência, podem levar uma existência efémera, e isto enquanto estão a ser exercidos, mas existem. E, ao falar-se na prestação de serviços, pode pensar-se, por exemplo, na informação recebida através dos serviços de uma operadora via telefone ou na força dissuasora da presença de um agente da autoridade que fornece segu-

rança, sei lá, no repórter que nos dá uma notícia. Não são, contudo, algo que eu posso ter em permanência só para mim, como uma camisa, um livro ou uns óculos. Nem os que prestam serviços são normalmente considerados operários. São empregados ou funcionários ou mesmo, se a sua tarefa for considerada de alto nível ou prestígio, como são os casos da elaboração de um projecto de engenharia ou de uma consulta médica ou o parecer de um jurista, já estaremos em presença de quadros superiores.

Certo, hoje em dia, já existe algum consenso que todos estes agentes, os que produzem bens e os que prestam serviços - produzindo-os -, podem ser «classificados» como trabalhadores. Pelo menos, todos eles têm sindicatos aos quais podem pertencer.

Mas, o pai, neste ponto, a pensar que não tinha agarrado bem a ideia avançada pela filha. De todas as maneiras, comunicou-lhe (imaginou comunicar-lhe), passados alguns dias, os resultados deste seu ruminar. E ela, desta vez exibindo alguma paciência para com o cota:

- Pai, não era bem isso, se bem que essas ideias digam algumas coisas em que eu não tinha pensado. Mas o que eu queria dizer era mais uma outra coisa. Como pode ser uma marca uma coisa que só existe para nós quando a pomos a trabalhar numa comunicação concreta, exactamente e só nessa altura? Então a marca é a de um bem, a rede, que pode ser de qualquer um?

A filha voltou a reflectir e acabou por conceder:

- Está bem. Cada rede é uma marca porque o serviço que nos presta pode ser considerado como sendo diferente dos prestados pelas outras: melhores ou piores sinais, aplicações diferentes, planos de preços diferentes...mas, pai de qualquer forma, não acho muito que seja uma marca como as outras.

Para conceder que o serviço podia ter uma marca, contudo não pôde largar o conceito do bem - a infra-estrutura que é a rede - e, além disso, o facto de esse bem ser partilhado por todos os que o pretendessem - desde que tivessem dinheiro para tal - e, também, vá lá, de só existir, esse serviço, no momento em que é convocado. Enfim.

**Cartoon**

Monginho

PAI, PORQUE É QUE APAGASTE A LUZ ?

NÃO QUERIAS SABER O QUE FORAM 25 ANOS DE GOVERNOS PS, PSD, CDS ? FOI MAIS OU MENOS ASSIM !



**Pontos Naturais**

Mário Castrim

Actualidade

Tens o dia à tua frente. És hoje. És sempre. És aqui. O voto, essa arma valente, não o voltes contra ti.

\*

Falsos, vão de porta em porta pescadores da ilusão. O que dizem não importa o que importa é o que eles são.

\*

Vota e, votando, brinda ao futuro. O voto seja de modo que o Dia, ainda não sendo, nele se veja.

\*

Podés votar e contar os votos. Contra o Império é uma luta a travar a sério. A sério. A sério.

\*

Tu não te casas, para já, seja com quem for, pois não? Quem tu escolhes vê lá na hora da eleição...

\*

Quem ama, vota em quem ama por ser uma coisa boa. Não se vai com alguém para a cama a pensar noutra pessoa...

\*

Quem havia de dizer com um banqueiro a dar a dar! Tá-se mesmo logo a ver quem é que paga o jantar...

\*

Um gato faz desacato com a Direita no júízo mas, para parecer bom gato, vai pedir à esquerda um guizo...

\*

Noites amargas, escombros amanhã não queremos, não Leva uma criança aos ombros quem tem um voto na mão.

\*

Quem para quem? Eis aqui quem pergunta a quem queira ouvir. Quem não tem quem o sirva bem vota em quem melhor servir.

\*

Um já deu o que a dar tinha. Outro dá o que já deu. Se não lhes faço a caminha o maior tolo sou eu.

\*

Forte é quem sabe o que quer ó povo trabalhador! De tudo quanto vier ficas tu por fiador.



## Religiões

• Jorge Messias

A nota pastoral do episcopado português - «Sobre o próximo acto eleitoral» - a que dedicámos anteriores referências, fazia-se acompanhar de uma carta pastoral sobre a «Educação, direito e dever - missão nobre ao serviço de todos». Como sempre acontece com a hierarquia católica, a área da educação e o papel que nela é atribuído à Igreja são entendidos em termos extremamente alargados. Sem religião não há educação e ao Estado compete construir e garantir o funcionamento das infra-estruturas educativas entregando-as, depois, aos cuidados de «um equilibrado desenvolvimento de todas as vertentes integrantes da pessoa humana, sem

os bispos recorrem às imagens fixadas no nosso inconsciente colectivo (liberdade formal, educação difusa, cidadania, família idealizada, democracia conceptual, harmonia, serenidade, silêncio e interiorização, carinho, solicitude, etc.). Procuram os caminhos fáceis da comunicação. O conteúdo permanece, porém, político e negocial. Num primeiro passo, a igreja identifica-se com um mundo totalmente convertido em *aldeia global*, tal como o capitalismo deseja e quer. Numa segunda fase - política e negocial - o episcopado, em vésperas de eleições legislativas, alinha as suas reivindicações pelas que caracterizam as forças mais radicais de direita. Simplesmente, como negociadores experimentados, os bispos procuram valorizar as suas posições ultrapassando os limites aceites pelos seus próprios aliados. Ainda que nunca falem transparentemente.

Não nos cansemos de recordar que esta leitura crítica é pessoal e diz exclusivamente respeito à igreja católica institucional. Ainda há poucos dias recebemos de um sacerdote, professor de Teologia (cuja iden-

## O sentido religioso do voto (6)



tidade, como é natural, não revelaremos) uma carta onde, sobre esta problemática da distinção entre *povo católico* e *igreja-instituição*, nomeadamente se afirma: «A Igreja não é mera instituição. Se o fosse, já tinha desaparecido. Há coisas que nos chocam muito mas Jesus da Nazaré também na cruz era irreconhecível...»

Não nos recordamos de jamais ter posto em causa esta diferenciação. O que recusamos é aceitar ceder a qualquer religião o privilégio de tornar-se dona da consciência de qualquer dos seus cren-

tes. Ou de permitir que, através dos seus dogmas, o credo funcione como condicionador da liberdade crítica de qualquer cidadão. Pensamos como os atenienses da Antiguidade, pagãos e politeístas. Cada acontecimento histórico ou cada fenómeno natural tinha a sua divindade tutelar e os seus mitos. E, assim como tudo parecia nascer das profundezas da Terra ou das insondáveis espessuras dos Céus, também os deuses helénicos frequentavam os abismos, o Olimpo ou os espaços celestes. Então, quando oravam aos deuses aéreos, os atenienses colocavam as palmas das mãos para cima. Quando invocavam as divindades subterráneas, punham as palmas das mãos para baixo. Mas jamais se ajoelhavam perante os seus deuses. Diziam: «Nenhum Deus é senhor da vontade de um homem livre. Só os escravos se ajoelham.» Esta noção que compatibiliza a fé e a consciência livre de cada cidadão, continua a caracterizar eticamente muitos católicos portugueses. Com eles nos encontraremos na comunhão do voto.

exclusão de nenhuma, designadamente a religiosa ...». No problema da educação, o que está em causa, segundo o documento dos bispos, cobre um vastíssimo leque de sectores, desde a Família à Escola, às Associações de Pais ou à Comunicação Social. Declara-se: «Um Estado laico nunca poderá dar resposta global a tão complexo conjunto de problemas humanos... A relação pedagógica é o desafio fundamental na educação. O único suporte didáctico consistente é o amor, sobretudo na educação integral que inclui a educação religiosa.» E os bispos portugueses concluem a sua carta pastoral da seguinte forma: «À Virgem Maria, pedagoga da serenidade, do silêncio, da interiorização, do carinho e da solicitude constante, confiamos as nossas preocupações e rogamos-lhe que seja estímulo para os educadores e que estes se deixem renovar cada vez mais na dedicação, na criatividade e na esperança.»

Se fizermos as leituras cruzadas desta pastoral (outras estão já no prelo, referentes a áreas diferentes mas com a mesma filosofia) veremos como, na forma,

exclusão de nenhuma, designadamente a religiosa ...». No problema da educação, o que está em causa, segundo o documento dos bispos, cobre um vastíssimo leque de sectores, desde a Família à Escola, às Associações de Pais ou à Comunicação Social. Declara-se: «Um Estado laico nunca poderá dar resposta global a tão complexo conjunto de problemas humanos... A relação pedagógica é o desafio fundamental na educação. O único suporte didáctico consistente é o amor, sobretudo na educação integral que inclui a educação religiosa.» E os bispos portugueses concluem a sua carta pastoral da seguinte forma: «À Virgem Maria, pedagoga da serenidade, do silêncio, da interiorização, do carinho e da solicitude constante, confiamos as nossas preocupações e rogamos-lhe que seja estímulo para os educadores e que estes se deixem renovar cada vez mais na dedicação, na criatividade e na esperança.»

## Palavras Cruzadas

**HORIZONTAIS:** 1 - Saudação que se faz tirando o barrete ou o chapéu da cabeça; estabelecimento particular ou dependência de hotel ou restaurante onde se servem bebidas. 2 - Aquelas; voz do gato; forma um só; que ainda não serviu ou tem pouco uso. 3 - Sinal radiotelegráfico internacional para pedir socorro; bebida alcoólica, proveniente da destilação do melão, reduz a pó. 4 - Momento; misericordioso, o aparelho visual. 5 - Contr. da prep. a com o art. def. o; cheiro característico do mar na vazante; remoinho de água. 6 - Nivelar; sofrimento físico ou moral; atmosfera. 7 - O m.q. lírio; nome de duas espécies de cotovias; dez vezes dez. 8 - Índio (s.q.); filtra; espíritos. 9 - Que me pertence, nome de várias plantas lamíneas, especialmente da hortelã-verde ou das cozinhas; contr. da prep. em com o art. indef. um. 10 - Disposição regular e metódico; além disso; põe do avesso. 11 - Instrumento para encurvar as calhas das linhas férreas; unidade das medidas agrárias; nome próprio masculino. 12 - Um dos cinco continentes; voz de algumas aves, especialmente a do mocho; dez vezes cem; contr. da prep. a com o art. def. o. 12 - Existir; dispersuão.

**VERTICAIS:** 1 - Lança que nos leões romanos se plantava como sinal de autoridade; termo; chefe etíope. 2 - Tratamento dado às freiras; elemento de formação de palavras que exprime a ideia de novo; a si mesmo. 3 - Nome de duas plantas de fibra têxtil da família das Amarilidáceas; ser urgente. 4 - Amerício (s.q.); anuência; espaço de 24 horas. 5 - Sorrir; certamente; como assim? (interj.). 6 - Subtrair violentamente; prep. que indica várias relações, como companhia, instrumento, ligação, modo, oposição, etc.; nome da letra grega que corresponde ao P latino. 7 - Red. de maior, coloração da face; duas vezes. 8 - A tua pessoa; por intermédio de terceiro; aqueles. 9 - Fem. de anão; época. 10 - Prep. que designa diferentes relações, como posse, matéria, lugar, providência, etc.; chegar; dá voz de alarme. 11 - Ceme (gir.); tribo formada por um grupo de famílias de origem comum; aqui está. 12 - As nossas pessoas; virtude; pêlo de alguns animais, em especial do carneiro. 13 - Notícia anónima que corre publicamente; esquisitice. 14 - Avenida (abrev.); fileira; sova. 15 - Relação; espécie de sapo da região do Amazonas; que atingiu a maioria legal.

**SOLUÇÃO:** HORIZONTAIS: 1 - Barrelada, bar. 2 - As; mto; unq; novo. 3 - SOS; num; mos. 4 - Três; bom; vista. 5 - Aos; marelas; oia. 6 - Kasar; dor; ar. 7 - Lij; cia; cem. 8 - In; coq; almas. 9 - Men; hortelã; num. 10 - Ordem; ora; vira. 11 - Gim; arg; Ah. 12 - Asta; pig; mlt; ao. 13 - Set; dissuasão. VERTICAIS: 1 - Hastat; fim; Ras. 2 - Soror; neot; se. 3 - Sisat; ungr. 4 - AM; sim; dia. 5 - Rit; mas; hem. 6 - Roubat; cont; pi. 7 - Mor; corr; bis. 8 - Tu; mediat; os. 9 - Anã; soq; era. 10 - De; vir; alarma. 11 - Mha; cla; eis. 12 - Nos; bem; la. 13 - Boato; mania. 14 - Av; dat; surta. 15 - Hol; arq; maior.

## Pontos Cardeais

### Lucros

Segundo o *Público*, as companhias petrolíferas a operar em Portugal aproveitaram uma portaria dos ministérios da Economia e das Finanças de Outubro do ano passado para passarem a calcular o preço de venda dos combustíveis com base em duas casas decimais e não em três, como era normal até finais de Fevereiro. Com este expediente - que contraria a orientação de Bruxelas e da Comissão Nacional do Euro - as companhias encaixam mais 10 milhões de euros por ano (cerca de dois milhões de contos). O preço do gasóleo, por exemplo, que se mantém inalterado há meses, passou a ser fixado desde 21 de Março, para efeitos de cálculo, nos 0,65 euros, em vez dos anteriores 0,648 euros, o que corresponde a uma subida em escudos (para as gasoleiras...) de \$40 por litro...

Portanto, mais uma patada do Governo a abrir caminho à fraude que as companhias petrolíferas não se fizeram rogadas em executar. E agora? Ninguém desfaz este imbróglio? Fica tudo na mesma, com estes senhores a apropriarem-se ilicitamente de mais dois milhões de contos por ano?

### Templos

Os agentes do Serviço Federal de Segurança da Rússia (FSB), herdeiro do KGB soviético, passaram a ter, nas suas próprias instalações, um templo em Moscovo para fazerem as suas orações. O templo, que data do século XVI, está cercado por três lados por edifícios do Serviço Federal de Segurança da Rússia e foi utilizado como armazém durante o poder soviético. Foi recuperado com dinheiros do próprio FSB, bem como de empresas e bancos privados, graças a «uma cunha muito alta», ao que parece do próprio presidente Vladimir Putin, que agora se afirma publicamente como católico ortodoxo convicto e tinha sido dirigente do FSB em 1998, altura em que terá desencadeado as iniciativas que agora se concretizaram na reabertura do templo de Santa Sofia ao serviço das «necessidades espirituais dos funcionários

do FSB». Quem exulta com isto é a Igreja Ortodoxa Russa, que ocupa um lugar privilegiado cada vez mais evidente no aparelho de Estado russo e nas suas iniciativas para «preencher o vácuo espiritual» deixado pela queda da URSS.

Entretanto, o povo russo que, ainda há 10 anos, não conhecia o desemprego e muito menos a fome e a miséria, arrasta-se agora aos milhões a morrer à míngua, com um terço da população na mais absoluta miséria e os recursos imensos do país a serem delapidados à tripa-forra pelo capitalismo ocidental.

Mas há cada vez mais igrejas para «preencher o vácuo espiritual». Até das polícias secretas...

### Armas

Entretanto, segundo analistas citados pelo *Financial Times*, os EUA estão a querer rever a sua doutrina de armamento nuclear, nomeadamente apoiando a ideia de o país desenvolver e produzir novas armas nucleares, mais pequenas mas capazes de penetrar a rocha e o cimento e atingir «bunkers» subterráneos. Tudo isto enquanto foram divulgados planos de ataque nuclear aos países que integram o chamado «eixo do mal» (Iraque, Irão, mas também Rússia e China...).

O projecto apresenta obstáculos técnicos (não é simples produzir armas atómicas, por definição frágeis e sensíveis, que resistam, sem explodir, à penetração de rochas e cimentos) e também políticos. Neste ponto, se a China se limitou a uma reacção moderada, limitando-se a expressar «a sua inquietação», a Rússia pediu explicações e garantias «a um nível mais alto» do que o de secretário de Estado, pois «se for verdade [o plano], só pode despertar preocupação, não apenas da Rússia mas de toda a comunidade internacional», como afirmou o chefe da diplomacia russo, Igor Ivanov.

Realmente, para que novas armas nucleares? Onde está o inimigo? O resultado de novas armas só pode ser evidentemente uma nova corrida aos armamentos, para satisfação dos senhores da guerra e ameaça do próprio planeta...

# LEGISLATIVAS ● 2002

## Aveiro

**Quinta-feira, 14** – Desde as 8h30, contactos com a população: na estrada de ligação da A1 à N1, em Escapães/Sta. Maria da Feira, na Oliva e Faurécia, Zona Industrial de S. João da Madeira, junto ao Tribunal de Oliveira do Bairro. **Sexta-feira, 15** – Contactos com os trabalhadores da ECCO, às 12h. **Arruada na Av. Lourenço Peixinho**, com início no CT do PCP às 17h. **Jantar em Espinho**, no restaurante «Cristal», às 20h30, com a participação de candidatos e de António Salavessa, mandatário da candidatura.

## Guarda

**Nos dias 14 e 15**, acções de contacto e distribuição de propaganda eleitoral – quinta-feira em **Gouveia**, no Mercado, na Têxteis Serra da Estrela e na Filmark; sexta-feira em **Trancoso** e **Manteigas** e em **Seia**, onde haverá uma caravana e convívio. Ainda em **Seia**, sexta-feira, após a caravana, **Noite da Juventude** com grupo musical e DJ.

## Litoral Alentejano

**Jerónimo de Sousa** participa, sexta-feira, 15, em visitas a ins-

tituições, encontros com trabalhadores e acções de propaganda junto da população a realizar em **Alcácer do Sal**, **Sines** e **Santiago do Cacém**.

## Lisboa

**Acções de contactos com a população**, promovidas por trabalhadores de **Transportes**: início na estação da CP de **Massamá**, às 8h, com Bernardino Soares e Rego Mendes; às 7h30 na **Estação Sul e Sueste** e à mesma hora na **Transporta**.

## Marinha Grande

**Sessão** às 21h30, em **Pero Neto** (dia 14); **sessão-debate** em **Vale dos Frades**: dia 15, às 21h.

## Moita

**Sessões de esclarecimento** sobre as eleições legislativas na Colectividade do Chão Duro, com a participação de **Valdemar Santos**: quinta-feira, 14, às 21h30.

## Palmela

**Caravana automóvel da CDU** por todo o concelho: **dia 14** a partir das 17h, com início junto aos Bombeiros de Palmela.

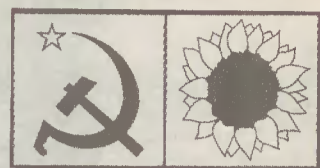
## Santarém

**Dia 14**, acções de contacto com as populações dos candidatos **Luísa Mesquita** em **Benavente** e **Samora Correia**; **Sérgio Ribeiro** em **Vila Nova de Ourém**; **José Casanova** em **Coruche**; **Vaz Teixeira** em **Torres Novas**. Almoço no Lar de Idosos do Padre Tobias em **Samora Correia**. **Dia 15**, **Luísa Mesquita** (em Santarém), **José Casanova** (em Coruche) e **Isabel Cavalheiro** (em Tomar) participam ainda em acções de propaganda. À noite, no restaurante «O Farnel» de **Coruche**, haverá um jantar de apoiantes da candidatura e de comemoração do aniversário do PCP, com a presença de **José Casanova**.

## Vila

### Franca de Xira

**Acções de contactos** com a população: **dia 14** a partir das 10h em Vila Franca, com a participação de Bernardino Soares e José Neves, a partir das 14h30 e Alverca e S. João dos Montes, às 17h30 na **Vala do Carregado**; **dia 15** no Mercado da Póvoa de Sta. Iria, às 9h. Às 21h, na **Vala do Carregado**, plenário com a população.



## Carlos Carvalhas em iniciativas de encerramento da Campanha Eleitoral da CDU

**Quinta-feira, 14**

### Almada

**10h** – **Arruada**/Contacto com a população da cidade, com início na R. Cap. Leitão, junto ao CT do PCP.

### Setúbal

**17h** – **Arruada**/Contacto com a população da cidade na Zona Comercial.

### Lisboa

**21h** – **Comício-festa** no Pavilhão Carlos Lopes de apoio à candidatura CDU pelo Círculo de Lisboa.

**Sexta-feira, 15**

### Lisboa

**16h30** – **Arruada**/Contacto com a população na Baixa de Lisboa, com início no Largo do Chiado.

### Almada

**21h30** – **Comício de encerramento** da Campanha Eleitoral, na Academia Almadense.



## Juventude CDU de Évora

**13 e 14**

**a partir das 22h**

Dois noites de convívio na S.O.I.R., Pátio do Salema

*Poesia*

*Música de intervenção*

*Jam session*

## En Thun, na Suíça

**Sábado, dia 16**

*Jantar-convívio*

com a presença de **Manuel Beja**, candidato da CDU pela Europa, e de **Manuel Alho**.

**festas,  
comícios  
CDU**

**HOJE - 5ª feira 21 h.**

**Pav. Carlos Lopes**

**Espectáculo com Navegante**

**AMANHÃ - 6ª feira 21,30 h.**

**Academia Almadense**

**Espectáculo com Jorge Lomba**

**Com Carlos Carvalhas**

PCP-PEV





## A talhe de foice

• Henrique Custódio

# Campanhas

Se o episódio do estádio das Antas mobilizou grotescamente a primeira semana da campanha eleitoral, um facto ocorreu nesse longo entremez que, por estranha coincidência, não mereceu grandes desenvolvimentos.

Referimo-nos à extraordinária afirmação de Manuel Vilarinho, presidente do Sport Lisboa e Benfica, a apresentar o apoio expresso da direcção do clube – por ele representada – à candidatura do PSD às próximas eleições legislativas.

A afirmação foi proferida perante as câmaras de televisão dos diversos canais que cobrem a campanha, e no meio de um jantar de apoio ao PSD e à «candidatura de Durão Barroso».

Pior: Manuel Vilarinho não se limitou a expressar um inacreditável apoio institucional do Sport Lisboa e Benfica a uma candidatura política – acrescentou que o fazia porque... essa candidatura prometera «resolver problemas do Benfica»! Sabendo como se sabe as dificuldades financeiras que afligem o Benfica – nomeadamente uma dívida ao fisco de mais de dois milhões de contos – é realmente extraordinário como estas afirmações não segregaram protestos, críticas e denúncias por parte da generalidade de quem faz opinião nos órgãos de comunicação social.

Todavia, as afirmações de Vilarinho – além de irem chocantemente contra as regras, a prática e a tradição do clube de completa independência em relação a quaisquer forças políticas ou credos religiosos – levantavam sérias reservas sobre a própria credibilidade da candidatura e do candidato que receberam os apoios e corresponderam com a alegada promessa de «resolver problemas»: ou seja, o próprio Durão Barroso e o PSD.

Fosse outra a candidatura política a embulhar-se em tal confusão, e o que não iria para aí de protestos, denúncias e acusações!

Mas não. Manifesta e declaradamente, os órgãos de comunicação social (que é como quem diz, os seus proprietários e detentores) apostaram largamente no PSD e na construção da sua vitória, pelo que este autêntico escândalo passou quase despercebido nas páginas dos jornais e nos estúdios de rádio e televisão. E o máximo que fizeram (sem, mesmo aí, explorarem o flagrante ridículo) foi difundir os atarantados desmentidos de Vilarinho a si próprio, quando se viu acossado pelo protesto dos benfiquistas de outros partidos e quadrantes políticos.

Portanto – e como este episódio bem o demonstra –, a generalidade dos órgãos de comunicação social resolveu apostar no «cavalo do PSD», com relevo para os dois canais privados de televisão e a própria RTP, que tudo têm feito para erguer uma misteriosa «onda laranja» a varrer o País, que só eles próprios vêem e «mostram» em planos cuidadosamente escolhidos, enquanto o País continua sossegadamente indiferente a todas estas manigâncias e festarolas eleitoralistas.

Contagiado, o PS de Ferro Rodrigues vai pelo mesmo caminho e já só vê majorias absolutas e «vagas de fundo» por todo o lado, alinhando deliberadamente na falsa bipolarização entre o PS e o PSD e reduzindo o debate político a uma mera luta de galos.

Na verdade e em rigor, é no plano galináceo que esta campanha eleitoral está a decorrer, tanto na forma como no conteúdo: na forma, porque tanto PS como PSD se esforçam o mais que podem para reduzir este combate político a uma exibição de cristas; no conteúdo, porque também tanto o PS como o PSD afunilam as suas campanhas na mesma panóplia de promessas vagas, demonstrando que, mesmo aí, nada de essencial distingue os dois partidos e as duas candidaturas. Mas os dados não estão verdadeiramente lançados, por muito esforço que por aí ande a procurar levar Durão Barroso em ombros à cadeira do poder. Onde os dados se lançam é no próximo domingo. Votando claramente CDU.

## Trabalhadores da construção manifestam-se na Suíça Pela reforma aos 60 anos

Os portugueses emigrantes na Suíça a trabalhar na construção civil participam no próximo sábado, dia 16, em Berna, numa manifestação a favor da reforma aos 60 anos.

Marcada para a «Bundesplatz», com início às 13.30 horas, a concentração tem o apoio do Sindicato da Construção e Indústria na Suíça (GBI/SIB/SEI) e visa pressionar a Federação Suíça dos Empreiteiros e Construtores a aceitarem a pretensão dos trabalhadores que

Quatro em cada dez trabalhadores da construção sofrem de invalidez provocada por acidentes laborais

querem ver a sua reforma antecipada para os 60 anos.

Esta é uma reivindicação pela qual os trabalhadores e suas organizações representativas se vêm batendo, desde há muito, face à natureza e especificidade do trabalho, exigindo um grande esforço físico. O que conduz a situa-

ções extenuantes, com consequências que as estatísticas depois evidenciam, como é o caso de quatro em cada dez trabalhadores da construção sofrerem de invalidez provocada por acidentes laborais. Significativo é ainda o facto de mais de um quinto dos trabalha-

dores morrer antes de atingir os 65 anos, a idade legal da reforma.

Por isso a luta dos trabalhadores da construção pela aposentação aos 60 anos, para a qual contam com o apoio do sindicato, que elaborou um modelo de reforma antecipada que tem em conta a reali-



É um trabalho extenuante o da construção civil

dade económica das empresas.

Esta luta tem lugar no momento em que se aproxima o fim do período de vigência do actual Contrato Colectivo de Trabalho, sem que se tenha ainda chegado a um acordo entre

as partes. O Sindicato fez já saber, contudo, como salienta em nota pública, que caso o impasse se mantenha os trabalhadores da construção «vão reforçar as suas justas reivindicações, se necessário, também com greves».

Recorde-se que a indústria da construção na Suíça ocupa mais de 20 mil portugueses emigrantes, sendo o sector de actividade que nos últimos 20 anos mais atraiu os nossos compatriotas que rumaram àquele país.

## St. Gobain-Mondego Greve foi um êxito

Expirou ontem o prazo acordado com as administrações das empresas Barbosa & Almeida e Sotanco para a obtenção de respostas aos cadernos reivindicativos apresentados pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira. Por este anunciado fora já a intenção de reagir em conformidade, isto é, adoptar as medidas tidas por adequadas, face ao mandato expresso pelos trabalhadores, no sentido da defesa da contratação, por melhores salários e pelo fim das discriminações.

O Sindicato dos Vidreiros congratulou-se, entretanto, pela forma como decorreu a greve realizada pelos trabalhadores da St. Gobain-Mondego nos passados dias 7 e 8. Considerando-a um êxito, o

Sindicato, em comunicado, afirma que a mesma evidenciou que os trabalhadores «estão fartos de se encontrarem submetidos a expedientes discriminatórios em termos de trabalho, salários e regalias sociais».

A retaliação do director técnico que se abateu sobre três trabalhadores das máquinas que iniciaram o primeiro período de greve, deslocados dos seus postos de trabalho e ameaçados de processo disciplinares, foi vivamente repudiada pelo Sindicato dos Vidreiros.

Condenando esta atitude da empresa, a quem dirigiu uma carta de protesto, onde exige a imediata recolocação dos trabalhadores nos respectivos postos de trabalho, o

Sindicato reitera a sua solidariedade aos três trabalhadores e exorta os restantes a fazerem o mesmo através das mais variadas formas.

### Hotelaria em luta

Em luta estiveram também os trabalhadores da Hotelaria. Para a manhã de ontem estava marcada uma concentração, junto à sede da associação patronal, em Lisboa. Convocada pelo Sindicato de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul, esta acção culminou num conjunto de diligências e denúncias que têm vindo a ser realizadas junto de unidades de hotelaria, cujos donos são membros da direcção da associação patronal.

## Palestina em debate

Estava marcado para ontem à noite um debate centrado na Palestina. A iniciativa partiu do Sector Intelectual do Porto do PCP que convidou Issam Bessisso, representante da Autoridade Nacional Palestiniana em Portugal, José Goulão, jornalista, especialista em assuntos do Médio Oriente, e António Filipe, membro do CVC e deputado do PCP, que recentemente integrou uma delegação do PCP que se deslocou à Palestina onde se encontrou com Yasser Arafat.

Sob o tema «Palestina: o futuro de um povo e de uma identidade», este debate – segundo a intenção expressa pelos seus promotores –, tinha sobretudo em vista procurar analisar as «razões da escalada de violência naquela região e compreender as perspectivas que se abrem para a continuação da luta pela concretização do direito à independência e soberanias nacionais, reconhecidos pela ONU».

## Administração Pública STAL denuncia má gestão

Ontem, em plena «baixa» portuguesa, a população pôde observar variadíssimos testemunhos sobre a má gestão da administração pública. Esse era o propósito dos promotores da iniciativa – o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local – que, para o efeito, montou uma exposição composta por 18 painéis. Nelas, uma abundante informação onde se evidencia que sendo a má gestão da administração pública uma realidade, a ela são completamente alheios os trabalhadores. Daí o próprio título da exposição, sob o

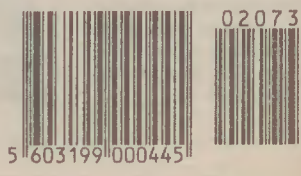
sugestivo nome «Má gestão da administração pública ... trabalhadores não têm culpa!».

A comparação da evolução dos salários dos trabalhadores com a dos cargos políticos, os salários e mordomias atribuídos a gestores públicos, bem como dados sobre fiscalidade e empresas municipais são alguns dos temas tratados na exposição.

Uma leitura aos seus conteúdos, segundo uma nota à imprensa, permite ainda constatar que em nenhuma circunstância podem ser imputadas aos trabalhadores

responsabilidades pelos erros de má gestão, já que não interferem no processo de decisão, e concluir, por outro lado, que as «principais causas dos problemas do País são o despesismo, as privatizações, os «boys», os salários chorudos, os carros de luxo e outras mordomias, que contrastam com a degradação dos salários dos trabalhadores».

Era igualmente intenção do STAL proferir, pela voz do seu presidente, Santos Brás, uma declaração sobre as eleições legislativas do próximo domingo.



02073